



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2025

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
1. MENSAGEM DA MESA ADMINISTRATIVA	3
2. BREVE APRESENTAÇÃO	4
3. ORGÃOS ESTATUTÁRIOS	7
4. ACTIVIDADE DO ANO 2025	8
ÁREA SÉNIOR.....	8
ÁREA INFÂNCIA	14
COMUNS.....	19
5. ANÁLISE ECONÓMICA	23
6. DONATIVOS E SUBSÍDIOS.....	28
7. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	28
8. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	29
9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30
10. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2025	35

1. MENSAGEM DA MESA ADMINISTRATIVA

Para cumprimento dos requisitos legais e estatutários, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Espinho (SCME) apresenta o Relatório de Atividades e Contas referente a 2025.

No plano internacional, e de acordo com as análises e projeções divulgadas pelo BCE, pelo FMI e pelo Banco de Portugal, em 2025 a economia nacional evoluiu num contexto do conflito bélico na Europa, designadamente entre a Rússia e a Ucrânia, e políticas comerciais protecionistas nos Estados Unidos, fatores que condicionaram crescimento e estabilidade de mercados. Apesar disso, Portugal evidenciou resiliência, sustentada pela procura interna, fundos europeus e evolução do mercado de trabalho. Este cenário contribuiu para a pressão sobre alguns dos custos operacionais da SCME, em especial energéticos.

Ao nível nacional, o ano ficou marcado pela realização das Eleições Autárquicas, das quais resultou a alternância de forças políticas no município. Esta alteração gerou expectativas quanto à abertura de um novo ciclo de governação local, que esperamos contribua para a agilização de processos na área do urbanismo e ao reforço do apoio ao movimento associativo, incluindo esta Instituição, que tem vindo a registar, uma redução do subsídio atribuído no âmbito das verbas do Instituto do Turismo de Portugal, apesar do papel essencial que desempenhamos no fortalecimento do setor social e emprego do concelho.

Pela primeira vez na última década, verificou-se uma melhoria nas comparticipações do Instituto da Segurança Social (ISS) às IPSS. Em particular, as respostas sociais da ERPI e do Pré-Escolar registaram uma atualização relevante, na ordem dos dois dígitos percentuais, de carácter permanente — e não extraordinário ou pontual, como verificado em anos anteriores.

A evolução da Remuneração Mínima Nacional, a aplicação das Convenções Coletivas de Trabalho em vigor e a insuficiente atualização das mensalidades dos utentes e das comparticipações do ISS continuaram a pressionar o equilíbrio financeiro das respostas sociais, apesar de a taxa de inflação se ter situado em 2,3%. Esta situação assume particular relevância em instituições como a nossa, que priorizam a prestação de cuidados e serviços com elevados padrões de qualidade, humanização e respeito pela dignidade dos utentes, como se evidencia, por exemplo, pela implementação da metodologia Humanidade.

Apesar destes desafios, a nossa gestão tem sido orientada por princípios de prudência financeira, procurando mitigar os impactos adversos e garantir a sustentabilidade das operações. Paralelamente, procuramos fontes alternativas de rendimento de carácter sustentável, como será o caso da promoção imobiliária para arrendamento do imóvel da Fosforeira, cuja conclusão, nos próximos anos, permitirá reforçar a capacidade financeira da Instituição de forma estruturada e duradoura.

Ao mesmo tempo, lamentamos a inexistência de programas de apoio destinados à criação de novas infraestruturas de ERPI, bem como a insignificante abertura de apoios para a requalificação e ampliação das já existentes, face ao contínuo aumento da procura por este tipo de resposta social e à necessidade de adaptação das estruturas atuais às novas filosofias e funcionalidades essenciais à melhoria da qualidade de vida dos utentes.

Por fim, cumpre registar com profundo pesar o falecimento do Presidente da Assembleia Geral, Eng.º Edgar Alves Ferreira, Irmão Benemérito e Benfeitor, que dedicou quase três décadas à Instituição, deixando um legado de compromisso e serviço.

Agradecemos profundamente a todos os membros da direção e colaboradores, cujo empenho e dedicação foram determinantes para a concretização da nossa missão. Manifestamos igualmente a nossa gratidão aos doadores e apoiantes da SCME, cuja generosidade tem sido fundamental para a continuidade dos nossos serviços.

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Espinho

Dr. Pedro Nelson Gonçalves de Sousa

2. BREVE APRESENTAÇÃO

2.1. – Identificação

Santa Casa da Misericórdia de Espinho, pessoa coletiva de direito canónico, registada na Direção Geral de Solidariedade e Segurança Social, desde 1982-06-04, no Livro n.º 1 das Irmandades das Misericórdias, sob o n.º 31/82, em conformidade com o disposto nos Estatutos das Instituições Particulares de Solidariedade Social, com o número de Identificação Fiscal 500 951 527, e inscrita no Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Aveiro com o número 20006315139, com sede na Rua da Idanha nº 300, freguesia de Anta, Concelho de Espinho.

2.2. – Caracterização sumária

A Santa Casa da Misericórdia de Espinho é vocacionada por excelência para o apoio a pessoas idosas e dependentes, oferecendo desde 1937 um leque de serviços diversificados.

Desde a sua fundação, a sua atividade tem vindo a crescer em prol da comunidade e no seu prestígio, como resultante da qualidade dos serviços que presta.

A Instituição é detentora de um património considerável, fruto de dádivas de muitos benfeitores bem como do contributo de algumas entidades oficiais, que depositam confiança na sua competência em colmatar lacunas sociais, como o comprovam os apoios e protocolos existentes e a que se juntam uma política de rigor e competência em desenvolver projetos com fins complementares, tudo tendo em vista assegurar a sustentabilidade dos serviços que presta à comunidade.

A SCME dispõe dos seguintes serviços na área sénior:

A **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)** possui capacidade para 110 residentes, sendo 11 destas camas reservadas para ocupação pelos serviços da Segurança Social. Encontra-se organizada em quatro unidades: Mestre, Mente, Memória e Maior.

A **Unidade Residencial Sénior (URS)** é uma estrutura com fins lucrativos e capacidade para 29 residentes. Para além dos quartos, possui salas de convívio e refeitório próprios, apesar de partilhar os restantes espaços com a ERPI.

O **Centro de Dia (CD)** possui capacidade para 35 clientes, apesar de ter apenas 28 vagas protocoladas com a Segurança Social. Encontra-se, desde setembro de 2020, com um funcionamento autónomo da ERPI em termos de usufruto de espaços.

O **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)** possui capacidade para 40 clientes, que são cuidados, de segunda a domingo, em horário alargado até às 19h00. A equipa dispõe de três viaturas.

O **Cuidar 24 (C24)**, serviço de apoio domiciliário com fins lucrativos, encontra-se em fase de licenciamento. Prevê um conjunto alargado de serviços de cuidados pessoais e saúde a serem prestados no domicílio, de acordo com as solicitações do cliente. Prevê-se uma capacidade de 40 clientes.

Na área social ou de apoio à comunidade, a SCME dispõe dos seguintes serviços:

Programa Incorpora, financiado pela Fundação La Caixa, faz parte de uma rede de instituições que cobre todo o território português e que tem como finalidade a promoção da integração profissional de pessoas

em situação de vulnerabilidade social, fazendo não apenas o seu acompanhamento social, mas também a prospeção e articulação junto de empresas. No caso da SCME, o Incorpora assume como território de atuação a zona norte do distrito de Aveiro, na qual se inclui Espinho.

Plano de Emergência Alimentar, dinamizado em colaboração com outras entidades locais que nos sinalizam beneficiários, pressupõe a disponibilização diária de refeições a pessoas carenciadas.

A SCME dispõe dos seguintes serviços na área da infância:

Funciona em equipamento próprio na zona central da cidade de Espinho e comporta:

A Creche (CHE) é uma estrutura capacidade para 60 crianças.

O Pré-escolar (PE) resposta de apoio social e escolar com capacidade para 75 crianças.

2.3. – Visão e Missão da Santa Casa da Misericórdia de Espinho

Visão

Com base nos princípios da fé católica que norteiam a atuação da Santa Casa da Misericórdia de Espinho, ansiamos por uma sociedade em contínua evolução, alicerçada nos valores da solidariedade, fraternidade e o respeito pela dignidade humana onde se cultive a alegria e a justiça, e se extinga a solidão e o sofrimento existentes.

Missão

Contribuir para a melhoria das condições de vida da sua população, trabalhando de forma integrada na Comunidade, criando e desenvolvendo serviços nas áreas social e da saúde adequados às necessidades das pessoas, promovendo a solidariedade, a qualidade de vida e a dignidade humana.

Valores

- Orientação para o cliente - superar as expectativas dos utentes através da prestação de serviços de valor acrescentado;
- Sustentabilidade - favorecer o desenvolvimento sustentado da organização baseada numa conduta transparente, social e eticamente responsável;
- Confiança - pautar a prestação do serviço da Instituição com compromisso, com a verdade e transparência na prática das suas ações;
- Ética - A conduta humana de cada colaborador é regida pelos princípios do Código de Ética e pelas linhas orientadoras de boas práticas baseadas no rigor, confidencialidade, privacidade e integridade;
- Equidade - Promover a todos a igualdade no acesso aos cuidados independentemente da condição social, económica ou religiosa;
- Qualidade e Eficiência - Apostar na qualidade dos serviços prestados sem descuidar a eficiência e a sustentabilidade económica.

2.4 - Política da Qualidade

A Santa Casa da Misericórdia de Espinho está empenhada em desenvolver um conjunto de medidas tendentes a satisfazer os anseios de todos aqueles com os quais interage e, como tal, decidiu adotar uma política da qualidade consentânea.

Neste sentido, pretende-se com a implementação do Sistema de Gestão Integrado:

- Aumentar o grau de satisfação dos nossos Utentes e públicos internos;
- Promover ações de formação, e incentivo à autoformação e aprendizagem ao longo da vida, dada a importância de dispormos de colaboradores informados e formados para seu desiderato de constante melhoria;
- Manter a atenção especial ao impacto ambiental das medidas/soluções adotadas (ex. racionalização energética, redução na produção de resíduos e promoção de uma cultura ambientalmente equilibrada);
- Defender a sustentabilidade da Instituição como um todo, nomeadamente, assegurar adequado equilíbrio económico/financeiro;
- Cumprir com os requisitos legais, éticos e deontológicos estabelecidos pelas entidades oficiais e reguladoras do exercício das atividades que desenvolvemos, sempre orientadas para a satisfação das necessidades e segurança dos utentes, de modo, a assegurar a melhoria contínua da eficácia do sistema de gestão da qualidade;
- Manter e desenvolver áreas de intersecção com a comunidade seja através de diversas iniciativas, a partilha da experiência de vida entre todos;
- Promover a melhoria contínua da prestação dos serviços, onde se inclui a adoção de melhores práticas, ao nível dos idosos, da infância e da saúde, de acordo com as necessidades e expectativas dos clientes;
- Desenvolver uma cultura de observação, avaliação, monitorização e planeamento ao nível do pessoal para uma prestação de serviços de elevada qualidade.

A Mesa Administrativa assume a responsabilidade de apoiar a implementação e liderança do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade e Segurança Alimentar, segundo a Norma Portuguesa NP EN ISO 9001 e HACCP, com o objetivo claro de aumentar e confirmar a satisfação dos seus públicos internos e externos.

3. ORGÃOS ESTATUTÁRIOS

Os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Espinho são compostos pelos seguintes elementos:

ÓRGÃOS SOCIAIS DO QUADRÉNIO 2025 A 2027

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente *	Nuno Miguel Ferreira Morais
Vice-Presidente	Rui Pessoa de Sousa Gomes
Secretário	Manuel António Gomes da Silva

DEFINITÓRIO

Presidente	Carlos Alberto Castro Pinto Oliveira
Vice-Presidente	Joaquim Vasconcelos Ferreira
Secretário	Paulo Jorge Alves da Rocha Torres
Suplente	Ricardo Manuel de Araújo Catarino

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	Pedro Nelson Gonçalves de Sousa
Vice-Provedor	Vítor Manuel da Costa Pinto Brandão
Vice-Provedor	Cristina Helena Henriques Lopes Relvas
Tesoureiro	Sofia de Oliveira Ferreira
Tesoureiro-Adj.	Tiago Pais Amorim de Sousa
Secretario	Susana Cristina Pardilhó Ferreira
Vogal	Fernando Rogério Castro Ramos Pereira
Vogal	Júlio Ferreira Milheiro Nunes
Vogal	Ana Cristina Carvalhinho Alves Ribeiro
Suplente	Nuno Miguel Bastos da Silva
Suplente	Cristina Maria Machado Gonçalves

(*) Substitui o Presidente da Assembleia Geral, eleito em dezembro de 2023 e indigitado em 2024, Edgar Alves Ferreira, falecido em agosto de 2025

4. ACTIVIDADE DO ANO 2025

ÁREA SÉNIOR

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA SÉNIOR E SOCIAL

A SCME dispõe dos seguintes serviços na área sénior:

A **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)** possui capacidade para 110 residentes, sendo 11 destas vagas reservadas para ocupação pelos serviços da Segurança Social. Encontra-se organizada em três setores, de acordo com o grau de dependência e condições de saúde dos clientes: Mestre, Memória e Maior.

A **Unidade Residencial Sénior (URS)** é uma estrutura com fins lucrativos e capacidade para 29 residentes. Para além dos quartos, possui salas de convívio e refeitório próprios, apesar de partilhar os restantes espaços com a ERPI.

O **Centro de Dia (CD)** possui capacidade para 35 clientes, apesar de ter apenas 28 vagas protocoladas com a Segurança Social. Funciona apenas em dias úteis.

O **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)** possui capacidade para 40 clientes, que são cuidados, de segunda a domingo, em horário alargado até às 19h00. A equipa dispõe de três viaturas.

O **Cuidar 24 (C24)**, serviço de apoio domiciliário com fins lucrativos. Prevê um conjunto alargado de serviços de cuidados pessoais e saúde a serem prestados no domicílio, de acordo com as solicitações do cliente. Tem capacidade para 40 clientes.

Na área social e de apoio à comunidade, a SCME dispõe dos seguintes serviços:

O programa **Incorpora**, financiado pela Fundação La Caixa, faz parte de uma rede de instituições que cobre todo o território português e que tem como finalidade a promoção da integração profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social, fazendo não apenas o seu acompanhamento social, mas também a prospeção e articulação junto de empresas. No caso da SCME, o Incorpora assume como território de atuação a zona norte do distrito de Aveiro, na qual se inclui Espinho.

O **Plano de Emergência Alimentar**, dinamizado em colaboração com outras entidades locais que nos sinalizam beneficiários, pressupõe a disponibilização diária de refeições a pessoas carenciadas.

O projeto **PESSOAS 2030**, desenvolvido em parceria com uma entidade formadora, integra formação modular dirigida a pessoas desempregadas e tem como objetivo central a sua capacitação em áreas profissionais estratégicas, visando superar dificuldades de integração no mercado de trabalho e reforçar a empregabilidade e inclusão social.

DESEMPENHO

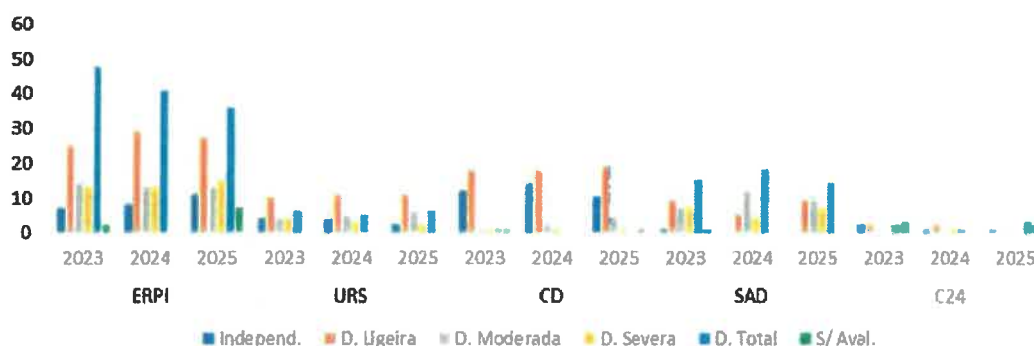
A análise incidirá sobre os indicadores disponíveis, considerando o período compreendido entre 1 de outubro de 2024 e 30 de setembro de 2025.

De forma geral, todas as respostas sociais, com exceção do C24, estão com a ocupação completa. As flutuações que existem ao longo do ano estão relacionadas com a saída de utentes (sobretudo por falecimento), sendo a ocupação reposta no mais curto prazo de tempo possível.

	CAPAC.	TAXA OCUPAÇÃO (setembro)		MÉDIA			TOTAL ADMISSÕES		EM ESPERA	
		2024	2025	Idade	Homens	Mulheres	2024	2025	2024	2025
ERPI	110	100%	100%	84	27	83	49	52	299	328
URS	29	100%	100%	89	5	22	11	7	40	21
CD	35	100%	100%	79	11	24	37	21	12	11
SAD	40	100%	100%	84	15	25	17	25	18	3
C24	40	17,5%	17,5%	82	3	4	19	15	0	0

No que se refere à média de idades, a mesma continua acima dos 80 anos. Quanto ao género, mantemos uma presença feminina mais significativa do que a masculina. Os graus de dependência continuam em valores elevados, assim como a demência (63% dos utentes em ERPI e URS com demência diagnosticada).

Grau de dependência



No que se refere à área sénior, destacamos as seguintes melhorias introduzidas neste último ano:

- Chefia de algumas unidades por parte de enfermeiras, em acumulação de funções;
- Implementação da metodologia de cuidados Humanidade;
- Alteração do sistema de transporte do centro de dia, passando a ser assegurado com recursos da instituição.

A nível dos serviços de apoio, destacamos as seguintes melhorias:

- Alteração dos programas e produtos de lavandaria, com introdução de poupança;
- Criação de uma equipa para gerir a proteção de dados;
- Criação de uma equipa para o “departamento” de melhoria contínua e *compliance*;
- Criação do plano de prevenção da corrupção;
- Eliminação de requisições alimentares pelas chefes de unidade ao economato, centralizando essa tarefa no Chefe de cozinha;
- Digitalização de requisições ao economato/farmácia;
- Digitalização dos registos da equipa de serviços gerais;
- Centralização de despesa de serviços gerais e melhoramento das práticas de limpeza;
- Introdução de novos detergentes e de diluidores automáticos, com poupança de produto.

ÁREA SOCIAL

O **Incorpora** mantém o seu elevado desempenho. Encontra-se no top 2 a nível da equipa centro.

	2021	2022	2023	2024	2025
EMPRESAS PARCEIRAS	11	11	10	37	50
OFERTAS GERIDAS	31	51	31	27	71
INTEGRAÇÕES PROFISSIONAIS	26	31	12	36	37

No que se refere ao **Programa de Emergência Alimentar**, acompanhamos uma média de 13 beneficiários por mês, estimando-se que, nestes 12 meses, se tenham fornecido aproximadamente 10.208 refeições.

Este ano passámos a colaborar com a UMP, fornecendo **refeições a requerentes de proteção internacional** alojados na Pousada da Juventude, de forma pontual. Este apoio é concedido sempre que solicitado. Até ao momento foram apoiados 18 refugiados, num total de 78 refeições financiadas pela UMP.

Este ano iniciámos também o projeto de **formação modular para pessoas desempregadas**. Temos vindo a desenvolver formação nas áreas da geriatria e de técnico auxiliar de saúde. Até ao momento lecionámos 29 unidades de curta duração, num total de 1050 horas.

RECURSOS HUMANOS

Este ano realçamos os seguintes aspetos:

1. Integração de uma terapeuta ocupacional na equipa sénior.
2. Grande instabilidade na equipa de enfermagem.

No que se refere aos nossos indicadores, apresentamos valores da área sénior e social, considerando também a cozinha, lavandaria e receção (não estão consideradas as áreas da manutenção, economato, farmácia e serviços administrativos e financeiros).

	SET.23	SET.24	SET.25
Quadro de pessoal	129	120	113
Prestadores de serviços	16	20	16
Trabalhadores de empresas de trabalho temporário	3	9	10
Trabalhadores sindicalizados	44 (34%)	47 (40%)	66 (58,5%)

	Out.22 a set.23	Out.23 a set.24	Out.24 a set.25
CEI+	5	5	5
Estágios profissionais	0	1	1
Estágios curriculares	33	50	42
Voluntários	7	7	7

	2023	2024	2025
Admissões	45	39	24
Absentismo	10%	10,6%	9,1%
Baixas (total)	137	131	95
Licenças maternidade	3	3	3
Acidentes de trabalho	5	2	6
Aptidões parciais	6	1	0

Plano de formação

Este ano foram realizadas 35 ações internas e autorizadas 57 ações externas, num total de 964 horas de formação.

RECURSOS

A nível de **prestadores de serviços**, sentimos a necessidade de maior alocação de tempo à nutricionista para criação de fichas técnicas e definição de capitações, criação das ementas institucionais, acompanhamento de casos e formação às equipas. .

A nível de **instalações** fez-se os seguintes investimentos:

- Colocação de sistema de ensombramento na URS e CD;
- Remodelação da Unidade Memória (pintura, eletricidade, decoração);
- Remodelação do refeitório geral dos utentes e criação de um refeitório independente para os trabalhadores;
- Obras na cozinha.

No que se refere a **equipamentos**, fizeram-se as seguintes aquisições:

- Cadeiras duche reclináveis;
- 2 aparadores para o refeitório geral;
- Equipamentos de cozinha (financiados).

ESTRATÉGIA E MELHORIA

No que se refere a **indicadores da qualidade**, registámos:

- 2 sugestões de melhoria;
- 3 reclamações;
- 1 denúncia;
- 6 louvores.

RESULTADO DAS ATIVIDADES 2025

Relativamente ao plano transato, obtivemos uma taxa de concretização de 92% (11 dos 12 objetivos operacionais totalmente concretizados). Apenas um dos objetivos operacionais não foi atingido.

EIXO ESTRATÉGICO: SUSTENTABILIDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META	RESULTADO	JUSTIFICAÇÃO
Manter ou aumentar proveitos	Aumento do valor das comparticipações	Rever as tabelas de preços	Valor das receitas associadas aos pagamentos dos clientes	Aumento de faturação	Valor de faturação aumentado	
	Manter uma política de angariação de fundos	Implementar ações de angariação de fundos.	N.º de ações implementadas	8	9	Feirinhas, venda de agendas, donativos.
Reduzir custos	Efetuar análises comparativas de fornecedores	Avaliar fornecedores de produtos de limpeza e de fardamento	Nº de ações	2	5	Avaliados fornecedores de produtos de limpeza, lavandaria, higiene pessoal, incontinência e fardamento.

EIXO ESTRATÉGICO: QUALIDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META	RESULTADO	JUSTIFICAÇÃO
Melhorar o SGQ	Implementar o SGQ nas respostas sociais da área sénior	Alterar o sistema de registos da equipa de serviços gerais	Sistema digital	1	1	Sistema de registos passou para a Ankira.
Melhorar os serviços existentes	Implementar ações de melhoria	1) Introduzir a metodologia de cuidados Humanitude. 2) Alterar o método de limpeza e desinfeção dos espaços.	N.º de ações ou melhorias implementadas	3	3	Introdução de metodologia Humanitude, introdução do sistema de mopas, introdução de diluidores automáticos.
Assegurar o nível de infraestruturas adequadas ao serviço e exigências legais e de segurança	Melhorar a gestão dos equipamentos e infraestruturas por valência	1) Remodelar e personalizar espaços da ERPI e URS; 2) Criar uma loja para os utentes.	N.º de espaços intervencionados	5	15	12 quartos e sala da unidade Memória, refeitório geral dos funcionários, loja dos utentes.
		1) Adquirir 2 cadeiras duche reclináveis; 2) Adquirir uma Blixer para confeção de alimentação pastosa. 3) Adquirir 2 máquinas de lavar e tratar pavimentos.	Equipamentos adquiridos	2	2	Não foram adquiridas as 2 máquinas de lavar e tratar pavimentos.

EIXO ESTRATÉGICO: COMUNICAÇÃO E IMAGEM

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META	RESULTADO	JUSTIFICAÇÃO
Reforço de ferramentas de comunicação	Revisão e atualização de hardware e software	Generalizar a utilização da Ankira nos serviços gerais.	N.º de ações ou melhorias implementadas	1	1	Ankira usada para elaborar planos de serviços e registos.
Consolidar a Imagem da SCME	Implementar e manter um plano de marketing institucional	Atualizar os modelos das fardas (confeção apenas à medida das necessidades).	N.º de ações ou melhorias implementadas	1	1	Modelo de fardas atualizado.
	Estruturar um procedimento direcionado a Irmãos	Criar um plano de comunicação.	N.º de ações ou melhorias implementadas	1	0	Não foi criado o plano de comunicação.

EIXO ESTRATÉGICO: RECURSOS HUMANOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META	RESULTADO	JUSTIFICAÇÃO
Melhorar a capacitação dos colaboradores	Garantir a qualificação dos colaboradores	Rever o plano de formação.	Taxa de cumprimento do plano de formação	90%		
Redefinição da política de recursos humanos	Revisão do procedimento de recursos humanos	1) Testar chefia Intermédia transversal por enfermeiras. 2) Implementar reuniões por equipas.	N.º de ações ou melhorias implementadas	2	2	2 enfermeiras com funções de chefia. Reuniões de equipa semanais.

CONCLUSÃO

A área sénior, este ano, esteve em capacidade máxima em todas as suas respostas sociais, exceto no Cuidar 24, apesar do mesmo ter sofrido um aumento de atividade.

Temos mantido o esforço de remodelação de espaços e atualização de equipamentos já iniciado no ano anterior e que tem mostrado impacto na satisfação dos idosos e trabalhadores, e na funcionalidade.

Em termos de funcionamento, estamos a capacitar as equipas para a prestação de cuidados com foco na dignidade, humanização e personalização, de acordo com a Metodologia Humanitude. A Humanitude é uma metodologia de cuidado, desenvolvida durante 40 anos por Yves Gineste e Rosete Marescotti, que promove o bem-estar nos cuidados. Alia uma filosofia de cuidado própria, a técnicas específicas, para que tanto os cuidadores como as pessoas cuidadas se sintam seguros, confortáveis e dignificados durante a prestação de cuidados. Esta metodologia é transversal a qualquer cuidado, cumprindo uma Sequência Estruturada de Procedimentos Cuidativos Humanitude (SEPCH), que evolui na dinâmica dos cuidados em 5 etapas. A Humanitude fomenta a prestação de cuidados com base em regras de arte que orientam a atuação dos profissionais através de uma visão ética e baseada na evidência científica a nível nacional e internacional. Esta metodologia privilegia intervenções não-farmacológicas no controlo e redução de comportamentos de agitação, fornecendo técnicas específicas para o efeito, que promovem a verticalização, operacionalizam a humanização, profissionalizam a relação entre o cuidador e a pessoa cuidada, melhorando a qualidade de vida da pessoa cuidada e dos cuidadores. Esta metodologia tem produzido mudanças assinaláveis nos estabelecimentos onde foi implementada, tendo-se obtido ganhos em saúde significativos, evidenciando-se como uma ferramenta eficaz na promoção da qualidade dos cuidados. A Humanitude tem demonstrado particular efetividade em pessoas dependentes e/ou com demência, evitando comportamentos de agitação patológica, oposição/recusa aos cuidados, promovendo o autocuidado e a verticalidade, diminuindo a incidência de úlceras de pressão e de quedas. Repercute-se também nos cuidadores, melhorando a sua satisfação profissional/motivação e qualidade de vida.

A este processo será dada continuidade, no sentido da obtenção da certificação da qualidade de acordo com um referencial validado internacionalmente, o Selo Humanitude.

ÁREA INFÂNCIA

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA INFÂNCIA

A SCME dispõe dos seguintes serviços na área Infância:

A Creche possui capacidade para 60 crianças, dos 4 meses aos 3 anos de idade. Encontra-se organizada em quatro salas, de acordo com a seguinte distribuição etária: Joaninhas- berçário; Abelhinhas- 1 ano; Patinhos – 1 e 2 anos; Peixinhos- 2 anos. Neste momento, todas as crianças estão abrangidas pela medida de gratuidade, no âmbito do programa Creche Feliz desenvolvido pelo Instituto da Segurança Social.

O Pré-escolar (EEPE) destina-se a crianças dos 3 aos 6 anos de idade e tem capacidade para 75 crianças. Estão distribuídas por 3 salas: Pandas – 3 anos; Golfinhos – 4 anos; Leões – 5 anos.

Dentro da área da Infância e na componente da animação e apoio à família:

Atividades extracurriculares, nomeadamente Gymnodance, Inglês, Natação e Xadrez, mediante inscrição por parte dos Encarregados de Educação.

DESEMPENHO E DIAGNÓSTICO

Iremos atentar nos indicadores disponíveis, tendo em consideração o período compreendido entre 1 de setembro de 2024 e 31 de agosto de 2025.

Todas as respostas sociais tiveram a ocupação máxima com lista de espera extensa, principalmente na resposta da Creche que a partir do momento em que começou o programa Creche Feliz, apresentou uma procura exponencial.

	CAPAC.	FREQÜÊN- CIA	TAXA OCUPAÇÃO	TOTAL ADMISSÕES		EM ESPERA	
				23.24	24.25	23.24	24.25
CRECHE	60	60	100%	29	26	200	188
PRÉ	75	75	100%	3	0	43	63

A tendência registou uma descida no número de crianças em lista de espera da creche. Ao contrário da pré que registou um aumento.

No que se refere aos objetivos definidos para a prestação de serviços na área da Infância (planos de desenvolvimento individuais, projetos curriculares de grupo de atividades sociopedagógicas), apresentámos os seguintes resultados:

	Taxa de cumprimento dos PI's	Taxa de cumprimento dos objetivos do PCT	Taxa de cumprimento das atividades sociopedagógicas
Joaninhas	87%	100%	100%
Abelhinhas	91%	100%	100%
Patinhos	94%	100%	100%
Peixinhos	88%	100%	100%
Total creche	90%	100%	100%

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2025

Santa Casa da Misericórdia de Espinho

	Taxa de cumprimento dos PI's	Taxa de cumprimento dos objetivos do PCT	Taxa de cumprimento das atividades sociopedagógicas
Pandas	78%	93%	96,5%
Golfinhos	86%	84,6%	100%
Leões	86%	76,9%	100%
Total pré-escolar	83,3%	84,8%	98,8%
Meta	»75%	»75%	»75%

Estes resultados apontam para uma taxa de sucesso bastante elevada.

No que diz respeito ao resultado do nível de satisfação dos clientes obtivemos 100% de satisfação, com 73% das respostas no parâmetro muito satisfeito e 27% das respostas no parâmetro satisfeito.

COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA

As atividades extracurriculares tiveram um aumento de inscrições comparadas com o ano letivo anterior:

	2023/24	2024/25
Gymnodance	29	34
Xadrez	15	15
Inglês	20	24
Natação	26	23
TOTAL	90	96

Estas atividades acabam por ocupar os tempos livres das crianças, mediante inscrição dos pais, sendo também uma fonte de receita para a área da Infância.

RECURSOS HUMANOS

No que se refere aos nossos indicadores, apresentamos valores que não incluem a afetação de outros elementos das áreas transversais, nomeadamente cozinha, lavandaria, economato, serviços administrativos -sede e financeiro.

	SET.23 a AGO 24	SET24 A AGO 25
Quadro de pessoal	26	26
Substituições	4	10
Denúncia do contrato	4	5
Absentismo	3,9%	4,25%
Baixas (total dias)	367 dias	413 dias
Licenças de maternidade	2	2
Acidentes de trabalho	0	0
Aptidões parciais	1	2
Estágios (IEFP e Universidade Portucalense)	4	5

Com o referendo realizado a novembro de 2024 deixou de poder ser aplicado o banco de horas grupal, pelo que se passou a remunerar as funcionárias pelas horas extra, situação que só aconteceu nas atividades do dia da família, festa final de ano e situações pontuais onde a troca de horários não conseguiu colmatar a necessidade de trabalho suplementar. Esta mudança veio trazer uma melhoria na gestão interna por parte das funcionárias, com a troca de horários entre colegas, como também uma redução de pedidos de ausência ao trabalho.

Plano de formação

Este ano foram desenvolvidas/frequentadas 9 ações de formação, com as seguintes temáticas:

Trabalhar na SCME – acolhimento novos colaboradores
Medidas de autoproteção contra incêndios
1ºs socorros pediátricos
Manuseamento/Máq. Dosagem automática detergentes e sistemas de mopas humedecidas
Prevenção da corrupção nas IPSS
Bitwarden
Ferramenta Google Forms (Workspace)
Limpeza e desinfeção – conhecer detergentes e desinfetantes, EPI's e Segurança
Education Summit Portugal 2025

Estas formações deram resposta às várias necessidades sentidas pelos colaboradores do estabelecimento e preencheram 275 horas.

A Santa Casa da Misericórdia deverá continuar a olhar para os colaboradores como o grande motor da Instituição, procurando continuar a investir na capacitação, melhoria de condições de trabalho e a reconhecer o desempenho.

RECURSOS

O final do ano letivo foi marcado pela resolução definitiva do processo judicial no Tribunal Administrativo, com decisão a favor da Santa Casa da Misericórdia, o que nos vai permitir fazer alguns melhoramentos nas infraestruturas, após a revisão do Acordo de Gestão.

Fomos também informados de que o Instituto da Segurança Social, detentor das instalações iria avançar com 2 obras, uma respeitante à alteração da caixilharia e implementação da rede de incêndios e outra associada a reparações na cobertura.

Mensalmente o edifício do Centro Infantil é alvo de ações de reparação e conservação efetuadas pela Equipa de Manutenção e que permitem colmatar várias situações que vão aparecendo fruto da deterioração das instalações.

Ao nível de **equipamentos** fizeram-se as seguintes aquisições:

- material didático para as salas
- equipamentos para exterior com o apoio de material por parte dos pais e realizado pela equipa de manutenção (cozinhas e abrigo/escalada)
- substituição da bomba do poço
- substituição dos containers de transporte de comida
- aquisição de painéis da sopa adequadas para o transporte

Ao nível da **separação de resíduos** conseguimos enviar para a reciclagem:

- pilhas 66kg
- pequenos eletrodomésticos 851kg
- lâmpadas 6kg
- papel/ plástico/ resíduos orgânicos (não contabilizado)

SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O foco manteve-se na procura da eficiência orçamental e na redução de custos. A lotação de frequências das crianças continua a estar completa e evidencia-se a atualização das comparticipações do Instituto da Segurança Social, com um aumento do valor do subsídio de 8,7% para a creche e 16,85% para o pré-escolar. Continuamos a aguardar a possibilidade de aumentarmos o número de crianças em acordo no pré-escolar, passando de 66 para 75.

No âmbito da relação contratual com os fornecedores foram realizadas duas alterações, nomeadamente com a empresa dos detergentes e higiene e outra com o laboratório das análises da água e segurança alimentar. Estas alterações foram baseadas num estudo dos nossos consumos e propostas de várias empresas, com vista à redução de custos, eficiência nos resultados e continuidade da qualidade dos serviços.

Com a alteração da empresa dos produtos de higiene e limpeza foram implementadas máquinas doseadoras automáticas dos detergentes e o sistema de mopas humedecidas. Assim, conseguimos um uso mais eficiente dos produtos como também menos consumo de água.

ESTRATÉGIA E MELHORIA

Apresentamos os resultados do plano de ação definido para o ano 2024/2025 seguido da apresentação da proposta do plano estratégico 2025/2026. Das 11 ações propostas, 5 foram alcançadas e 6 continuam por realizar. O eixo com mais sucesso foi o da Sustentabilidade.

PLANO DE AÇÃO 2024.25

EIXO ESTRATÉGICO: SUSTENTABILIDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META	RECURSOS			RESPONS.	RESULTADOS
					HUMANOS	MATERIAIS	FINANC.		
Manter ou aumentar proveitos	Alargamento do acordo de cooperação (EEPE)	A aguardar abertura de aumento do número de crianças no pré-escolar	Valor do subsídio do ISS	≥ 70 utentes				Diretora Infância	Não abriram candidaturas
	Aumento do valor das comparticipações	Aumento de 5 euros na comparticipação máxima do EEPE para o ano letivo 2025/26	Valor das receitas associadas aos pagamentos dos clientes	Aumento de faturação	Administrativas	Relatórios de contas	x	Diretora Infância	Realizado
	Manter uma política de angariação de fundos	Implementar ações de angariação de fundos.	N.º de ações implementadas	3			x	Diretora Infância	Realizado
Reduzir custos	Reduzir os custos nos consumos da limpeza	Avallar fornecedores de produtos de limpeza e de fardamento	Valor dos consumos	2	Ecónoma, Diretora da infância		X	Diretora Infância	Realizado (detergentes e papel)
	Reduzir os gastos com energias	Aquisição de painéis solares e bomba de calor	Valor dos gastos com energia	≤ 10% em comparação a 2023/24			12.000€ ou candidatura ao fundo ambiental	Administrador	Não realizado

EIXO ESTRATÉGICO: QUALIDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META	RECURSOS			RESPONS.	RESULTADOS
					HUMANOS	MATERIAIS	FINANC.		
Melhorar o SGQ	Continuação da implementação do SGQ	Consultoria e auditorias Internas	Nº de não conformidades	2	1 Consultor/Auditor		640€+IVA	Diretora Infância	Realizado
Assegurar o nível de infraestruturas adequadas ao serviço e exigências legais e de segurança	Melhorar a segurança das instalações	Colocação de iluminação Exterior no período noturno na parte nascente e sul do edifício	N.º de Invasões no exterior		Equipa Manutenção				Não realizado
	Melhorar o sistema de limpeza dos espaços	Adquirir uma máquina lavadora de pisos	Diminuição das Infecções				5.875,54€	Diretora Infância	Não realizado

EIXO ESTRATÉGICO: COMUNICAÇÃO E IMAGEM

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META	RECURSOS			RESPONS.	RESULTADOS
					HUMANOS	MATERIAIS	FINANC.		
Reforço de ferramentas de comunicação	Plano de manutenção Informático	Ações de manutenção regulares (segunda 4ª feira do mês)	N.º de ações ou melhorias Implementadas	≥10	Eng.º Informático				Não realizado

EIXO ESTRATÉGICO: RECURSOS HUMANOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	AÇÕES/ATIVIDADES	INDICADOR	META	RECURSOS			RESPONS.	RESULTADOS
					HUMANOS	MATERIAIS	FINANC.		
Capacitação dos colaboradores	Garantir a qualificação dos colaboradores	Plano de formação.	Taxa de cumprimento do plano de formação	90%	Formadores Internos e externos	Equipamento Informático, projetor, espaços para formação	500€	Diretora geral	Realizado
Otimizar o processo de gestão de assiduidade	Garantir o registo e gestão da assiduidade	Atualização do programa de assiduidade			Eng.º Informático				Não realizado

CONCLUSÃO

Este ano continuamos a sentir uma grande procura dos nossos serviços, sendo bastante numerosa a lista de espera.

Apesar de continuarmos a apetrechar as salas com material didático, sentimos que a requalificação do edifício é urgente para darmos uma melhor resposta na prestação dos cuidados. No entanto, com a resolução definitiva do processo judicial queremos acreditar que a revisão do acordo de gestão será realizada no próximo ano letivo.

COMUNS

Em complemento aos factos supra relatados, passamos a prestar informação adicional relativamente aos mesmos, e a caracterizar de forma sucinta, os aspetos mais relevantes dos acontecimentos e atividades desenvolvidas ao longo do ano:

- a.) Na sequência do deferimento, em junho de 2025, do Pedido de Informação Prévia (PIP) relativo ao empreendimento imobiliário a desenvolver no edifício da Fosforeira Portuguesa, e após o reajustamento do projeto de arquitetura para cumprimento das exigências da Câmara Municipal, registou-se um impasse nas negociações que vinham sendo desenvolvidas com o construtor e com o promotor imobiliário inicialmente envolvidos.

Face a este enquadramento, a Mesa Administrativa deliberou promover o projeto junto de potenciais entidades com adequada capacidade económico-financeira, reconhecida idoneidade e comprovada capacidade técnica. O processo de prospeção e negociação teve início em dezembro, estimando-se a sua conclusão até ao final do primeiro trimestre do ano seguinte, com a formalização do respetivo contrato. A solução negocial em análise prevê que o promotor proceda à construção, para sua exploração, de um edifício habitacional em parte do terreno, abrangendo a Rua 18 e parte das Ruas 35 e 37. Como contrapartida, o antigo edifício da Creche e Refeitório da Fosforeira, que permanecerá na posse da SCME, será objeto de reabilitação, com vista à sua conversão em apartamentos, contribuindo para a valorização patrimonial da Instituição.

- b.) Na sequência do trespasse do negócio da COGE, foi celebrado com a mesma entidade um contrato-promessa de compra e venda relativo a uma parcela de terreno propriedade da SCME, com uma área aproximada de 6.000 m², localizada a nascente do prédio urbano onde se encontra implantado o edifício-sede.

A referida parcela resulta do destaque dessa área do prédio constituído na sequência do emparcelamento dos terrenos do edifício-sede e respetivos terrenos contíguos.

A concretização deste processo não se verificou durante o ano de 2025, em virtude dos constrangimentos decorrentes da dificuldade na obtenção, junto da Câmara Municipal, da declaração de caducidade do loteamento que abrangia parte dos terrenos em causa, procedimento que se prolongou por cerca de um ano e meio.

Prevê-se que, ultrapassados estes condicionalismos, o negócio possa ficar concluído até meados do primeiro semestre de 2026.

- c.) Na sequência do processo de alienação de uma parcela de terreno a destacar do prédio onde se encontra instalado o edifício sede ao Grupo Trofa, o Pedido de Informação Prévia relativo ao projeto da futura ERPI e Centro de Dia, vocacionado para o acolhimento e prestação de cuidados a pessoas com demência, designadamente doentes de Alzheimer, teve de ser retirado, reformulado e novamente submetido à Câmara Municipal de Espinho.

De acordo com a informação prestada por aquela entidade, a decisão sobre o referido pedido encontra-se condicionada à conclusão do processo de emparcelamento e destaque da mencionada parcela.

- d.) Relativamente ao processo judicial instaurado em 2018 contra o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), que visava a reivindicação de valores devidos pela não atualização das comparticipações financeiras, em anos anteriores, relativas às respostas sociais de Creche e Pré-escolar, o Tribunal Administrativo proferiu

decisão condenando o réu (ISS) ao pagamento à autora (SCME) do montante apurado em incidente de liquidação, respeitante às comparticipações financeiras devidas ao abrigo dos acordos de gestão e cooperação referentes ao período compreendido entre 01/01/2007 e 30/09/2014.

A referida sentença foi entretanto executada, tendo esta Instituição recebido o montante de 80.760 €, correspondente às comparticipações devidas e não pagas, acrescido de 25.940 € relativos a juros de mora.

- e.) O novo acordo de comodato relativo ao edifício “Centro Infantil Espinho II” permaneceu por celebrar durante o exercício de 2025. Na sequência da conclusão do processo judicial instaurado pela SCME junto do Tribunal Administrativo contra o ISS, prevê-se que a formalização do referido acordo possa ocorrer no decurso do ano de 2026, circunstância que permitirá à Instituição aceder a programas comunitários de financiamento destinados à eventual requalificação do imóvel.
- f.) Durante o ano, a equipa de manutenção, para além dos trabalhos correntes de manutenção e reparação realizados nos diversos imóveis da Instituição, deu continuidade às obras de modernização das habitações da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e da Unidade Residencial Sénior, representando estas ações um gasto global de cerca de 107 mil euros.
- g.) Face ao avançado estado de degradação das viaturas do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e na sequência da deliberação da Mesa Administrativa no final do ano anterior, de modo a não comprometer a continuidade do serviço, foram rececionadas duas viaturas elétricas adaptadas para essa finalidade, pelo preço de 34 mil euros + IVA cada.
- h.) Foi concluída a execução dos investimentos previstos no projeto de melhoria da eficiência energética dos edifícios da Instituição em Anta, apoiado pela candidatura apresentada ao Fundo Ambiental. Neste âmbito, e na sequência da instalação, em 2024, de um sistema de ensombramento, através da colocação de persianas exteriores nas fachadas poente e sul do edifício da Unidade Residencial, bem como em toda a área envidraçada do Centro de Dia, foram ainda concretizadas a substituição das antigas caldeiras a gás por novas caldeiras de condensação e a instalação de painéis fotovoltaicos para produção de energia elétrica para autoconsumo (UPAC).

A instalação deste último sistema sofreu atrasos significativos na sua conclusão, decorrentes da instabilidade do terreno, provocada pela acumulação de água resultante de períodos de precipitação intensa.

Para encerramento do projeto, foi realizada uma nova auditoria energética e obtido o respetivo certificado energético, cujos resultados evidenciaram um desempenho e ganhos de eficiência superiores aos inicialmente previstos na candidatura.

Em termos globais, o investimento total, excluindo IVA, ascendeu a cerca de 252.722 €. Prevê-se que o montante do apoio a fundo perdido, após a conclusão do processo de análise/auditoria do projeto e o apuramento do saldo final por parte do Fundo Ambiental, venha a situar-se em aproximadamente 140.000 €.
- i.) O projeto da nova cobertura do jardim de inverno, não foi desenvolvido face ao elevado custo do projeto de arquitetura idealizado para o local. Diante desse cenário, a Mesa Administrativa está a equacionar a sua alteração para torna-lo mais económico.
- j.) Durante o ano de 2025 decorreu a Ação de Formação Modular Certificada, enquadrada no Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão (PESSOAS 2030), na tipologia de (Re)Qualificação de Adultos, sob a referência PESSOAS-FSE+-01110600, cuja conclusão se prevê para o ano de 2027. No período em análise, foram executadas 1.381 horas de formação, correspondendo a um volume global

de execução de 19.760 horas, face às 30.000 horas previstas para a totalidade do projeto, representando um custo de 80.947 €. Foram igualmente submetidos três pedidos de reembolso, no montante global de 100.524 €.

O projeto contempla ações de formação em diversas áreas, designadamente Artesanato, Floricultura e Jardinagem, Saúde, Trabalho Social e Orientação, e Hotelaria e Restauração, envolvendo um universo estimado de 750 formandos externos

- k.) No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), foi aprovada a candidatura destinada ao aumento da capacidade de resposta do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) em mais cinco vagas, prevendo, em simultâneo, a requalificação e o reforço da capacidade produtiva da cozinha da Instituição.

No quadro deste projeto, financiado a fundo perdido no montante de 90 mil euros, foram realizadas diversas intervenções, nomeadamente a melhoria do sistema de exaustão da cozinha, com adaptação do sistema de insuflação, a substituição dos canais de drenagem e respetivas grelhas, o revestimento do piso e a aquisição de novos equipamentos. Entre estes, destacam-se um forno convetor, um fogão, uma fritadeira basculante, um blixter e um turbo-triturador.

O investimento foi integralmente concluído em agosto, encontrando-se atualmente a Instituição a aguardar o pagamento do saldo final por parte do PRR.

Importa ainda referir que, no decurso da intervenção associada a este projeto, foi aproveitada a oportunidade para a realização de obras complementares, executadas pela equipa de manutenção da Instituição, com vista à adequação das infraestruturas existentes às normas de segurança contra incêndio. Estas intervenções incluíram o encerramento da área de self-service e a instalação de três portas corta-fogo

- l.) Face à liquidez existente, foi liquidado, em janeiro de 2025, o saldo remanescente de 226.202,04 € do empréstimo de 500.000,00€, contraído junto do banco Montepio em 2020 ao abrigo da Linha de Crédito Covid-19, contrato nº 182.36.100442-3_SCM Espinho.

- m.) No ano de 2025, no âmbito da afetação de verbas provenientes das receitas do jogo, atribuídas pelo Turismo de Portugal e distribuídas por deliberação da Câmara Municipal de Espinho, a título de subsídio a entidades de relevante interesse social no concelho, a Instituição recebeu o montante de 39.317 €. Este valor é praticamente idêntico ao atribuído em 2024 (39.187 €), o qual já correspondia ao montante mais baixo concedido pelo Município nos últimos vinte anos, conforme se pode constatar no gráfico infra.



- n.) Em fevereiro de 2025, foi assinado o Termo de Aceitação relativo ao apoio concedido pelo Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), no montante de 40.000 €, tendo a Instituição recebido, a título de

adiantamento, 70% desse valor. O apoio destina-se à aquisição de uma viatura 100% elétrica, com capacidade para nove lugares, adaptada para o transporte de até quatro cadeiras de rodas. Prevê-se que a entrega do veículo se concretize no final do mês de março de 2026.

o.) Em junho de 2025, foi igualmente assinado o Termo de Aceitação relativo ao apoio concedido pelo Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), no montante de 25.000 €, tendo a Instituição recebido, a título de adiantamento, 70% desse valor. Este apoio destina-se à aquisição de uma viatura 100% elétrica, com capacidade para cinco lugares, adaptada para o transporte de uma cadeira de rodas. Prevê-se que a entrega do veículo se concretize no final do mês de fevereiro de 2026.

p.) Relativamente ao prédio propriedade desta Instituição, sito na Rua do Castelo, n.º 149, em Paramos, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º U-1800, e considerando o elevado investimento que se perspectivava necessário para a reabilitação e licenciamento dos armazéns, bem como para a execução de infraestruturas na via pública e cedência de parcelas de terreno, a Mesa Administrativa deliberou proceder à sua alienação.

Em conformidade com a autorização concedida à Mesa Administrativa pela Assembleia Geral Extraordinária realizada a 16 de maio de 2025, a alienação do referido imóvel foi concretizada pelo valor de 265.000 €, tendo a operação originado uma menos-valia contabilística no montante de 15.303 €.

q.) No decurso do primeiro semestre do ano, foi iniciado o processo de revisão do Plano de Segurança Contra Incêndios do edifício sede, onde se encontram instaladas as respostas sociais ERPI, Centro de Dia, SAD, bem como os serviços de apoio às referidas valências.

O referido plano foi concluído no mês de dezembro e submetido à apreciação da ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. A Instituição aguarda a emissão do respetivo parecer técnico, a partir do qual, e após eventual incorporação das recomendações que venham a ser formuladas, será elaborado o plano de investimentos necessário à adaptação do edifício, com vista à realização de vistoria para aprovação, bem como à atualização e divulgação dos novos procedimentos de atuação em situação de incêndio, nomeadamente através de ações de formação internas.

r.) Atendendo ao avançado estado de degradação dos três depósitos destinados ao armazenamento de água quente para consumo humano, com capacidade de 3.000 litros cada e com uma antiguidade superior a 15 anos, tornou-se necessário proceder à sua substituição.

A intervenção contemplou a instalação de novos depósitos em aço inoxidável, solução que permite assegurar melhores condições de higienização, nomeadamente através da realização de operações de limpeza e de desinfeção térmica e química, contribuindo para a prevenção do risco de contaminação por Legionella e outros microrganismos.

O investimento associado à aquisição destes equipamentos ascendeu a 25.599 €, com IVA incluído, abrangendo igualmente diversos acessórios e depósitos de inércia necessários à sua instalação. Os trabalhos de montagem e instalação foram assegurados pela equipa de manutenção da Instituição

5. ANÁLISE ECONÓMICA

Contas de Exploração

As variações mais significativas registadas nas contas de exploração da Instituição, são explicadas de seguida:

A. Ao nível dos rendimentos:

O total da rubrica de **Prestação de Serviços** de 2025 (2.270.416€), apresenta uma descida de 18,1% face a 2024 (desceu 503.045€), devido ao trespasse do negócio da COGE no final do primeiro trimestre do ano de 2024.

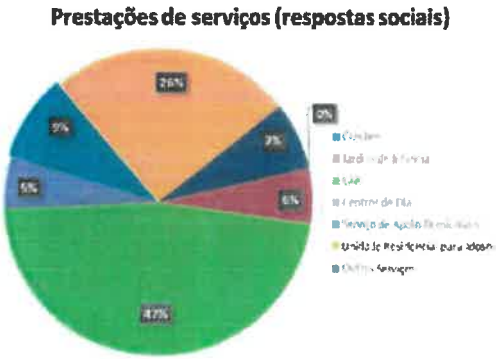
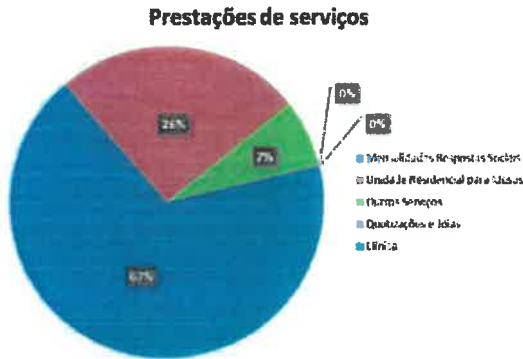
A um nível mais desagregado desta conta, registámos uma descida na resposta Creche (desceu 18.324€), explicada pela agora total gratuitidade, compensada via comparticipações da Segurança Social, e na COGE (desceu 613.307€), explicado pelo dito trespasse do negócio.

Em sentido contrário da evolução acima citada, temos a faturação de todas as outras valências, das quais destacamos a ERPI (subiu 64.706€), o Serviço de Apoio Domiciliário (subiu 32.955€) e o Centro de Dia (subiu 9.378€).

- I. A nível da ERPI, a **comparticipação dos clientes** média manteve o crescimento, num aumento que se cifrou em 6,5% a mais do que 2024.

	2025	2024	2023	2022	Var 2025/2024	Var 2024/2023	Var 2023/2022
Prestações de serviços	2 270,42	2 773,46	4 227,98	4 017,15	-18,1%	-34,4%	5,2%
Mensalidades Respostas Sociais	1 527,51	1 431,75	1 391,13	1 381,86	6,7%	2,9%	0,7%
Creches	0,32	18,64	54,36	83,92	-98,3%	-65,7%	-35,2%
Jardins de Infância	132,77	125,72	129,72	126,00	5,6%	-3,1%	3,0%
LAR	1 064,96	1 000,25	956,09	954,35	6,5%	4,6%	0,2%
Centros de Dia	124,61	115,23	91,26	83,77	8,1%	26,3%	8,9%
Serviço de Apoio Domiciliário	204,86	171,90	159,70	133,81	19,2%	7,6%	19,4%
Unidade Residencial para Idosos	578,01	573,04	556,88	490,48	0,9%	2,9%	13,5%
Outros Serviços	159,55	149,61	121,07	113,99	6,6%	23,6%	6,2%
Quotizações e Jóias	5,38	5,79	6,77	6,47	-7,2%	-14,4%	4,5%
Clínica	-0,03	613,27	2 152,12	2 024,34	-100,0%	-71,5%	6,3%

(mil €)



- II. A **comparticipação da Segurança Social**, em termos globais, aumentou 17,0%, ou seja, mais 273.048€. Tal evolução resulta do efeito da gratuitidade da creche e do aumento geral mínimo de 9% das comparticipações e o começo do pagamento de comparticipações de demência na ERPI, Centro de Dia e SAD em relação a 2024.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2025

Santa Casa da Misericórdia de Espinho

- III. A conta de **Subsídios do Estado** inclui, para além das comparticipações da Segurança Social às nossas valências, outros subsídios: Outros Entes Públicos inclui o Projeto Pessoas 2030, cuja contrapartida se encontra nos Serviços Diversos-Outros Serviços; o IEFP, com o valor de 36.813€, referente à contratação temporária de pessoal ao abrigo do programa ATIVAR e outros tipos de estágios. O valor de IEFP não variou significativamente em relação a 2024, explicado pela normalização da utilização deste tipo de instrumentos (ver a rubrica dos Gastos com Pessoal).

	2025	2024	2023	2022	Var 2025/2024	Var 2024/2023	Var 2023/2022
Subsídios Estado e outros EP	2 114,67	1 674,98	1 541,19	1 450,48	26,3%	8,7%	6,3%
Creches	382,91	336,36	294,66	240,88	13,8%	14,2%	22,3%
Jardins de Infância	199,38	163,07	158,54	148,18	22,3%	2,9%	7,0%
Lares	880,30	783,55	728,41	652,23	12,3%	7,6%	11,7%
Centros de Dia	60,98	57,44	49,25	44,48	6,2%	16,6%	10,7%
Apoio Domiciliário	189,63	191,39	184,11	168,53	-0,9%	4,0%	9,2%
Comparticip. Adicional + Vagas ERPI	158,69	70,01	61,38	50,54	126,7%	14,1%	21,5%
Cantinas Sociais/Prog Emerg. Aliment	40,86	37,88	33,20	27,03	7,9%	14,1%	22,9%
Outros Subsídios Eventuais	165,11	0,00	0,00	7,62	0,0%	0,0%	-100,0%
IEFP	36,81	35,27	31,63	110,99	4,4%	11,5%	-71,5%

(mil €)

- IV. Ao nível dos **Outros Rendimentos**, verificamos uma descida de 315.558€ (desceu 36,4% em relação a 2024) que importa desagregar. Vimos: o negócio do trespasse da COGE concretizar-se em 2024 (362.324€), que não tem seguimento em 2025; o aumento de Rendimento em Investimentos não Financeiros aumentar 34.019€, devido ao aumento de rendas recebidas em edifícios; o aumento de Imputação de Subsídios para o Investimento em 28.510€, devido ao reembolso de vários investimentos ao abrigo de programas públicos (PRR e afins); o valor dos Rendimentos Suplementares diminuir 6.598€, devido ao fim da imputação da quota parte do diferimento de cedência de utilização das suites da Unidade Residencial; uma descida em Outros Donativos em 11.766€, em grande parte justificado pelo fim dos donativos do Continente (diminuiu 29.240€, com impacto equivalente no Custo das matérias consumidas); um aumento em Outros não Especificados, tendo aqui sido inscrito o valor de juros de mora relativos à sentença contra o ISS no processo das comparticipações do Centro Infantil.

	2025	2024	2023	2022	Var 2025/2024	Var 2024/2023	Var 2023/2022
Outros rendimentos e ganhos	568,80	878,64	479,09	450,57	-35,3%	83,4%	6,3%
Rendimentos suplementares	21,51	28,11	32,71	23,66	-23,5%	-14,1%	38,3%
Descontos pronto pagamento obtidos	2,40	3,30	3,23	3,08	-27,3%	2,2%	4,9%
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%	0,0%
Rendas em propriedades de Inv	335,98	295,84	184,24	179,05	13,6%	60,6%	2,9%
Sinistros	0,00	1,34	0,00	0,00	-100,0%	0,0%	0,0%
Alienações	0,45	5,22	0,00	6,36	-91,4%	0,0%	-100,0%
Trespasse COGE	0,00	362,32	0,00	0,00	-100,0%	0,0%	0,0%
Correções de períodos anteriores	0,61	1,70	0,00	0,04	-64,3%	0,0%	-100,0%
Imputação subsídios p/ Investimentos	35,75	7,24	17,29	26,09	398,8%	-58,1%	-33,7%
Outros não especificados	154,88	162,06	241,57	208,60	-4,4%	-32,9%	15,8%
Consignação de IRS	8,39	9,21	5,01	6,61	-8,9%	83,8%	-24,2%
Rend. Lq. Eventos Angariação Fundos	0,00	0,00	3,14	0,00	0,0%	-100,0%	0,0%
Donativos	58,59	70,35	153,49	130,99	-16,7%	-54,2%	17,2%
Sinistros	0,09	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%	0,0%
Inspecção Geral de Jogos	60,37	59,46	65,45	63,11	1,5%	-9,2%	3,7%
Outros não Especificados	27,45	23,04	14,49	7,89	19,1%	59,1%	83,5%
Juros Obtidos	17,23	11,51	0,05	3,68	49,6%	21792,5%	-98,6%

(mil €)

B. Ao nível dos gastos:

Em seguida, iremos elencar as variações mais significativas em contas de gastos:

I. Custo das matérias consumidas diminuiu 22,8% e 203.596€ relativamente a 2024.

As principais subcontas de consumos que contribuíram para a diminuição foram: Géneros alimentares (desceu 38.032€), Material Clínico (desceu 135.007€) e Outro Material (desceu 23.631€), descidas estas explicadas pelo trespasse do negócio da COGE e pela contenção de gastos em geral. De referir que os Géneros alimentares de 2024 incluem os donativos alimentares do Grupo Continente (no valor de 29.240€), que findaram nesse mesmo ano.

	2025	2024	2023	2022	Var 2025/2024	Var 2024/2023	Var 2023/2022
Custo das matérias consumidas	689,10	892,69	1 084,77	1 053,22	-22,8%	-17,7%	3,0%
Géneros Alimentares c/ don. Continente	444,82	482,86	576,03	529,28	-7,9%	-16,2%	8,8%
Material Clínico	150,84	285,84	371,64	375,89	-47,2%	-23,1%	-1,1%
Material Hoteleiro	12,31	19,48	16,98	31,61	-36,8%	14,7%	-46,3%
Outro Material	81,13	104,51	120,12	116,44	-22,4%	-13,0%	3,2%

(mil €)

II. Ao nível dos FSE:

Nos **Serviços Especializados** assistimos à diminuição global de 400.651€ (desceu 61,3%) e é explicado pelo(a):

- descida dos trabalhos especializados, devido ao trespasse do negócio da COGE (11.197€),
- diminuição dos honorários pagos aos profissionais de saúde, especialmente aos da COGE (353.321€), devido ao trespasse do negócio,
- diminuição de Conservação e Reparação (9.857€).

A rubrica **Materiais** viu diminuir o seu valor em 27.020€ devido a compras avultadas em 2024, realizadas com o objetivo de melhorarmos o serviço prestado aos nossos utentes e as condições de trabalho dos colaboradores, que não tiveram seguimento em 2025.

A rubrica **Energia e Fluidos** aumentou 12.976€ (2,77%), explicada maioritariamente pelo aumento dos preços do gás (9.609€) e um aumento no preço da eletricidade (5.306€) em 2025.

A rubrica **Deslocações, estadas e transportes**, registou uma diminuição de 32.862€ em 2025, devido ao transporte dos utentes de Centro de Dia começar a ser feito por meios próprios.

A rubrica de **Serviços Diversos** sofreu um aumento de 135.931€ (aumentou 127,5%), devido maioritariamente a mais gastos em Outros Serviços por causa do projeto Pessoas 2030, com a respectiva contrapartida em Subsídios Eventuais (aumentou 148.661€). No sentido contrário, diminuíram as despesas com Comunicação (menos 6.243€) e Rendas e Alugueres (menos 9.200€), esta última devido ao término do aluguer do software da Clínica COGE em meados 2024.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2025

Santa Casa da Misericórdia de Espinho

	2025	2024	2023	2022	Var 2025/2024	Var 2024/2023	Var 2023/2022
Fornecimentos e serviços externos	720,98	1 032,79	2 040,04	2 129,08	-30,2%	-49,4%	-4,2%
Serviços especializados	252,82	653,47	1 676,84	1 620,87	-61,3%	-61,0%	3,5%
Materials	30,90	57,92	41,77	56,50	-46,7%	38,7%	-26,1%
Energia e fluidos	185,15	172,36	177,27	303,40	7,4%	-2,8%	-41,6%
Deslocações, estadas e transportes	9,59	42,45	49,14	46,49	-77,4%	-13,6%	5,7%
Serviços diversos	242,53	106,60	95,03	101,82	127,5%	12,2%	-6,7%

(mil €)

III. Ao nível dos Gastos com Pessoal:

Os **Gastos com Pessoal** de 2025, em comparação com 2024, aumentaram 44.382€ (aumentaram 1,4%), muito devido ao trespasse do negócio da COGE em Abril de 2024 e à contenção de gastos deste tipo.

No entanto, e devido ao facto que no valor total desta conta estão incluídos os gastos suportados com a contratação de trabalhadores temporários ao abrigo do programa ATIVAR e outro tipo de estágios do IEFP, temos de ponderar este valor com a variação acima descrita dos subsídios do IEFP (que aumentou 1.539€).

Mesmo se fosse possível lançar contabilisticamente aquele subsídio, não na respetiva conta de receitas, mas nesta conta de gastos com o pessoal, a taxa de diminuição desta não alteraria significativamente devido à mínima variação dos subsídios do IEFP e ao seu peso nos Gastos de Pessoal.

O peso desta rubrica no total de rendimentos aumentou em relação a 2024 e continua a ser a mais elevada de todas, com 70,6%.

	2025	2024	2023	2022	Var 2025/2024	Var 2024/2023	Var 2023/2022
Gastos com pessoal	3 119,19	3 074,81	3 179,96	2 831,96	1,4%	-3,3%	12,3%
Gastos com pessoal (considerando subs. IEFP)	3 082,38	3 039,53	3 148,33	2 720,96	1,4%	-3,5%	15,7%

(mil €)

C. Resultados

O resultado apurado em 2025 foi positivo em 238.608,18€, o que corresponde a uma melhoria de 62.132,99€ relativamente ao já positivo resultado de 2024.

O EBITDA apurado em 2025 foi positivo em 418.480,19€, o que representa uma melhoria quando comparado com os já positivos 327.068,73€ de 2024.

B. Ao nível dos investimentos e alienações:

- I. Os investimentos realizados no período, considerados mais relevantes, são os referenciados no seguinte quadro:

Equipamento	Valor
Requalificação Cozinha	81 524
Blixer Profissional Robot Coupe 8V.V	4 622
Turbo Triturador 2 Velocidades	6 221
Forno Conveter Misto Elétrico 20GN 1/1	27 099
Carro Estante Inox	537
Fritadeira Basculante ELÉCTRICAS Inox	6 357
Fogão Inox a Gás c/ 6 Queimadores	3 271
Cuba em Aço Inox Evier c/ Torneira Duche	882
Camas Médicas	1 750
Viatura MERCEDES eCitan BQ-13-PA	40 590
Viatura MERCEDES eCitan BQ-85-PA	40 590
Painéis Fotovoltaicos (conclusão - Proj. Efic. Energética)	119 672
Águas Quentes (conclusão - Proj. Efic. Energética)	31 620
Depósito de Inércia (em curso)	25 599
Elevador Edifício COGE, Grande Reparação (em curso)	8 920
Outros	8 748
Outros (em curso)	24 712
Soma	432 713

Em janeiro de 2025, face à conclusão do processo do programa de apoio, foi dada por concluído a obra de Ampliação da Lavandaria - Norte 2020 (721.902 €) e dado início a sua amortização contabilística.

II. Alienações de imobilizado mais relevantes, realizadas em 2025:

Em 2025, foi alienado o prédio sito na Rua do Castelo, n.º 149, em Paramos, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º U-1800, composto por armazém não licenciado e terreno envolvente. A alienação foi efetuada em conformidade com a autorização concedida à Mesa Administrativa pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2025, tendo sido concretizada pelo valor de 265.000 €. A referida operação originou uma menos-valia no montante de 15.303 €.

C. Indicadores

	2025	2024	2023	2022	Var 2025/2024	Var 2024/2023	Var 2023/2022
Indicadores							
Autonomia Financeira	81,6%	76,7%	72,7%	74,4%	4,9%	4,0%	-1,7% (p.p.)
Fundo de Manobra	840,09	420,66	195,51	1 083,19	99,7%	115,2%	-82,0% (mil €)
Gastos Fixos/Gastos Totais (s/ pessoal)	29,7%	23,4%	17,2%	20,7%	27,1%	36,0%	-16,9% (p.p.)

Ao analisar a nossa estrutura de balanço, verificamos um aumento de 4,9 p.p. no indicador da autonomia financeira, cifrando-se num elevado nível de robustez (81,6%).

O fundo de maneio melhorou em 2025, tendo beneficiado de menores stocks e menores dívidas de clientes.

Como corolário, o ponto crítico de exploração continuou a situar-se nos 6,6%.

Por último, apesar de todas as contrariedades, reiteramos o compromisso de procurar adotar todas as medidas consideradas essenciais, no sentido de tentar garantir a sustentabilidade da Instituição, apesar da grave conjuntura económica que o país atravessa e aos gastos crescentes derivados de novas exigências de entidades públicas, para manter em funcionamento as diversas respostas sociais, sem qualquer apoio financeiro das mesmas.

6. DONATIVOS E SUBSÍDIOS

A instituição recebeu, ao longo de 2026, o valor equivalente de 58.585 € com a seguinte distribuição por entidades:

DONATIVOS RECEBIDOS

Entidade	Tipo de Donativos	
	Valor	Espécie
Particulares	25.226,92	540,00
Empresas e Outras Entidades	20.581,94	12.236,30
Total (em euros)	45.808,86	12.776,30

7. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Entre a data do balanço e a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras, a Instituição teve conhecimento dos seguintes acontecimentos relacionados com condições já existentes à data do balanço:

- O Governo decretou o Estado de Calamidade na sequência das inundações provocadas por diversos fenómenos meteorológicos, nomeadamente pela passagem de várias depressões sobre o território continental. Até à data do presente relatório, felizmente, a SCME não registou danos materialmente relevantes nas suas infraestruturas.
- A Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 139/2025, de 29 de dezembro, foi atualizada para 920,00 €, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026. Este aumento, no montante de 50,00 €, enquadra-se no acordo tripartido para o período 2025-2028.
- Realizaram-se eleições para a Presidência da República Portuguesa no dia 8 de fevereiro, das quais resultou a eleição do Dr. António José Seguro para o referido cargo.

8. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025, que compreendem o Balanço Individual, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração Resultados por Valência e o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 18 de fevereiro de 2026. No entanto os irmãos poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alteração.

A Mesa Administrativa, propõe a Assembleia Geral, no caso desta aprovar as presentes demonstrações, que o resultado do exercício, no montante de 238.608,18 €, seja transferido para a conta de resultados transitados.

Espinho, 18 de fevereiro 2026

A Mesa Administrativa

9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1- Balanço

Unidade monetária (€)

Código De Contas	Balanço	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO				
Ativo não corrente				
431-4319+433-4339+453-459	Ativos fixos tangíveis	3, 6	4 479 756,48	4 482 023,85
44+454-459	Ativos intangíveis		262,20	3 397,44
41	Investimentos financeiros	7	26 231,38	26 231,38
			4 506 250,06	4 511 652,67
Ativo corrente				
32+33+34+35+36+39	Inventários	9	53 869,45	54 696,97
24	Créditos a Receber		38 028,58	65 053,44
232+238-239+2721+278-279	Estado e outros entes públicos	19	30 312,14	4 312,83
281	Outras contas a receber		361 151,32	191 398,09
11+12+13	Diferimentos	19	12 569,77	9 714,28
	Caixa e depósitos bancários	4	1 254 377,01	1 220 707,53
			1 750 308,27	1 545 883,14
	Total do Ativo		6 256 558,33	6 057 535,81
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
51	Fundos		965 313,00	965 313,00
56	Resultados transitados		-547 676,20	-790 634,08
59	Outras variações nos fundos patrimoniais		4 447 361,35	4 295 452,76
818	Resultado líquido do período		238 608,18	176 475,19
	Total dos Fundos Patrimoniais		5 103 606,33	4 646 606,87
PASSIVO				
Passivo não corrente				
25	Financiamentos obtidos	8	238 582,15	281 801,51
237+2711+2712+275	Outras contas a pagar		4 150,00	3 900,00
			242 332,15	285 701,51
Passivo corrente				
221+222+225	Fornecedores		113 738,61	116 749,01
24	Estado e outros entes públicos	19	123 366,73	127 520,86
25	Financiamentos obtidos	8	41 660,65	273 251,49
282+283	Diferimentos	19	115 540,67	0,00
231+238+2711+2712+2722+278	Outros Passivos correntes	19	515 913,19	607 706,07
			910 619,85	1 125 227,43
	Total do Passivo		1 152 952,00	1 410 928,94
	Total do Capital Próprio e do Passivo		6 256 558,33	6 057 535,81

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2025

Santa Casa da Misericórdia de Espinho

2- Demonstração de Resultados Líquidos

Unidade monetária (€)

Código De Contas	Demonstração Dos Resultados Por Naturezas [Modelo Geral]		NOTAS	Período 2025	Período 2024
+71+72	Vendas e serviços prestados	+	10	2 270 416,63	2 773 461,48
+75	Subsídios, doações e legados à exploração	+	12	2 147 763,31	1 714 330,03
-61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	9	-689 097,89	-892 693,96
-62	Fornecimentos e serviços externos	-		-720 979,97	-1 032 786,15
-63	Gastos com pessoal	-	17	-3 119 189,84	-3 074 807,68
-651+7621	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- /+		-1 635,36	-6 198,91
+78(s/ 785) +791 (s/ 7915) +798	Outros rendimentos	+	10	568 799,07	878 644,72
-68(s/ 685)-6918-6928-6988	Outros gastos	-		-37 595,76	-32 880,80
	Resultado antes de depreciações, gastos de financ. e impostos	=		418 480,19	327 068,73
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- /+		-157 812,29	-116 293,57
	Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)	=		260 667,90	210 775,16
-6911-6921-6981	Juros e gastos similares suportados	-		-22 059,72	-34 299,97
811	Resultado antes de impostos	=		238 608,18	176 475,19
818	Resultado líquido do período	=		238 608,18	176 475,19

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2025

Santa Casa da Misericórdia de Espinho

3- Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

DESCRIÇÃO		Capital realizado	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO EM 01.01.2025	1	965 313,00	0,00	-790 634,08	4 295 452,76	176 475,19	4 646 606,87
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:	2	0,00	0,00	242 957,88	151 908,59	-176 475,19	218 391,28
Doações					26 188,20		26 188,20
Reafecção ao exercício de subsídios ao investimento					-29 999,61		-29 999,61
Outras alterações reconhecidas no património líquido				66 482,69	155 720,00		222 202,69
Aplicação do resultado do período anterior				176 475,19		-176 475,19	0,00
	1+2	965 313,00	0,00	-547 676,20	4 447 361,35	0,00	4 864 998,15
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						238 608,18	238 608,18
POSIÇÃO EM 31.12.2025		965 313,00	0,00	-547 676,20	4 447 361,35	238 608,18	5 103 606,33

DESCRIÇÃO		Capital realizado	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO EM 01.01.2024	1	965 313,00	0,00	-566 015,40	4 097 789,73	-224 618,68	4 272 468,65
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:	2	0,00	0,00	-224 618,68	197 663,03	224 618,68	197 663,03
Doações					110,94		110,94
Reafecção ao exercício de subsídios ao investimento					-7 239,24		-7 239,24
Outras alterações reconhecidas no património líquido					204 791,33		204 791,33
Aplicação do resultado do período anterior				-224 618,68		224 618,68	0,00
	1+2	965 313,00	0,00	-790 634,08	4 295 452,76	0,00	4 470 131,68
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						176 475,19	176 475,19
POSIÇÃO EM 31.12.2024		965 313,00	0,00	-790 634,08	4 295 452,76	176 475,19	4 646 606,87

4- Demonstração Fluxos de Caixa

RUBRICAS			Unidade monetária (€)	
			PERÍODOS	
			2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais método direto				
Recebimentos de Clientes e Utentes		+	4 313 627,39	4 606 194,73
Pagamentos a fornecedores		-	1 445 946,58	1 662 637,33
Pagamentos ao pessoal		-	3 036 101,89	2 116 569,87
Caixa gerada pelas operações		+/-	-168 421,08	826 987,53
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	94 602,47	-816 794,26
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	+/-	-73 818,61	10 193,27
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-	421 161,98	
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		+	265 448,80	5 333,34
Outros ativos		+	337 809,39	298 597,84
Subsídios ao investimento		+	161 319,78	97 927,19
Juros e rendimentos similares		+	15 133,16	11 513,26
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	+/-	358 549,15	413 371,63
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		+		80 000,00
Doações		+	45 808,86	41 110,55
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-	274 810,20	227 888,20
Juros e gastos similares		-	22 059,72	35 657,41
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)		-251 061,06	-142 435,06
Varição de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)		33 669,48	281 129,84
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	1 220 707,53	939 577,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	1 254 377,01	1 220 707,53

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2025

Santa Casa da Misericórdia de Espinho

5- Demonstração Resultados por Valência

6- Unidade monetária (€)										
Código De Contas	Demonstração dos Resultados	Creche	Pré-Escolar	Lar	Centro de Dia	SAD	Proj Incorpora	Emerg. Alim.	Atividade Não Social e Comuns	Soma
+71+72	Vendas e serviços prestados	12 824,22	169 821,20	1 124 845,51	149 202,52	205 203,41	0,00	0,00	608 519,77	2 270 416,63
+75	Subsídios, doações e legados à exploração	384 453,39	201 214,97	1 053 228,43	63 833,88	211 054,51	33 000,00	40 956,66	160 021,47	2 147 763,31
-61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-26 190,78	-42 910,65	-381 522,89	-22 039,27	-69 580,87	0,00	-37 110,76	-109 742,66	-689 097,89
-62	Fornecimentos e serviços externos	-38 784,89	-56 484,69	-315 545,19	-17 683,53	-58 487,74	-224,65	-762,25	-233 007,02	-720 979,97
-63	Gastos com pessoal	-369 320,88	-259 797,27	-1 581 239,94	-158 647,85	-252 135,18	-30 278,78	-456,25	-467 313,69	-3 119 189,84
-651+762.1	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	-4 538,96	0,00	0,00	0,00	0,00	2 903,60	-1 635,36
+78(s)/785)+791 (e)/7915)+798 -88(s)/ 685)-691)-692)-698	Outros rendimentos e ganhos	9 019,54	10 287,78	72 806,67	21 348,50	35 062,55	0,00	923,97	419 350,06	568 799,07
	Outros gastos e perdas	-4 764,93	-649,78	-13 095,43	-560,34	-1 842,08	0,00	-120,46	-16 562,74	-37 595,76
	Resultado antes de depreciações, gastos de financ. e impostos	-32 764,33	21 481,56	-45 061,80	35 453,91	69 274,59	2 496,57	3 430,92	364 168,78	418 480,19
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-4 157,40	-4 442,73	-65 027,50	-21 551,66	-35 729,02	0,00	0,00	-26 903,98	-157 812,29
	Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)	-36 921,72	17 038,82	-110 089,30	13 902,26	33 545,56	2 496,57	3 430,92	337 264,80	260 667,90
-6911-6921-698	Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-22 059,72	-22 059,72
818	Resultado líquido do período	-36 921,72	17 038,82	-110 089,30	13 902,26	33 545,56	2 496,57	3 430,92	315 205,08	238 608,18

10. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2025

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- **Designação da entidade:** SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPINHO
- **Sede:** Rua da Idanha nº 300, União de freguesias de Anta e Guetim, Concelho de Espinho
- **NIPC:** 500 951 527
- **NISS:** 20006315139
- **Natureza da Atividade:** pessoa coletiva de direito canónico, ereta por decreto de 1987-05-26 de D. Júlio Tavares Rebimbas, Arcebispo-Bispo do Porto, e Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, registada, a título definitivo, na Direção Geral de Solidariedade e Segurança Social, desde 1982-06-04, no Livro n.º 1 das Irmandades das Misericórdias, sob o n.º 31/82, em conformidade com o disposto nos Estatutos das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Tem como atividade principal ação social para pessoas idosas, com e sem alojamento, ação social e ensino para crianças e estabelecimento de saúde com internamento.

- **Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.**

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade recorre, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

- c) Normas internacionais e Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - ESNL), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 4º da Portaria n.º 220 / 2015, de 24 de julho, designadamente;

- O Balanço, modelo ESNL;
- A Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- A Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- A Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;
- O Anexo, modelo ESNL.

Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem aos constantes das NCRF - ESNL, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço, da demonstração dos resultados e demonstração dos fluxos de caixa cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

- **Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPINHO, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- b) As depreciações são efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com expectativa de afetação do desempenho.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

ATIVO FIXO TANGÍVEL	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 20 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 4 e 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 6 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 3 e 8 anos

A vida útil e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessária ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela Instituição.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não foi reconhecida nenhum ativo passível de ser enquadrado como propriedade de investimento.

IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existiu algum indicador, foi estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

INVENTÁRIOS

Mercadorias e Matérias-Primas

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo serão valorizadas ao custo médio. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data do relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

SUBSÍDIOS

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, são reconhecidos após existir segurança de que:

- A instituição cumprirá as condições a eles associadas;
- Os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretendem que eles compensem.

Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios recebíveis pela entidade como compensação por gastos incorridos num período anterior são reconhecidos como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Membros e outras dívidas de terceiros**

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu custo amortizado. Dado que não vencem juros e o seu prazo de vencimento é inferior a 12 meses, o efeito do desconto é considerado imaterial, pelo que nas presentes demonstrações financeiras o custo amortizado é substancialmente equivalente ao valor nominal.

As dívidas de terceiros são apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas de imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal a SCME tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como, informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos, ou ainda, a partir do momento em que a SCME tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondente à totalidade do crédito.

As outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal deduzidas por eventuais perdas por imparidade pois a SCME considera que o impacto que o critério do custo amortizado teria nas suas contas seria nulo.

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

Os saldos de fornecedores e outros terceiros respeitam à generalidade das aquisições de bens e serviços contratadas pela SCME no decurso normal da sua atividade e de acordo com as condições normais de mercado, que correspondem a um crédito de curto prazo.

As dívidas a terceiros são registadas pelo valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Entendemos referir que as condições normais de mercado correspondem a um crédito de curto prazo, pelo que a SCME considera que o impacto que o critério do custo amortizado teria nas suas contas seria nulo.

O desreconhecimento das dívidas a terceiros só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Se o pagamento for devido de um ano ou menos, são classificadas com "Passivo Corrente", caso contrário, são classificadas como "Passivo Não Corrente".

- **Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, sendo expresso no balanço no passivo corrente ou não corrente, decorrente de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

- **Benefícios de empregados**

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo sempre pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

- **Eventos subsequentes**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem os valores dos ativos e passivos existentes à data do mesmo são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- **Outras políticas contabilísticas**

Não existem outras políticas contabilísticas para além das já expressas.

- **Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPINHO mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- **Principais fontes de incerteza das estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuadas estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

4. FLUXOS DE CAIXA

- **Desagregação inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

Descrição	Conta	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	11	4 469,19	3 908,26
Total de Caixa		4 469,19	3 908,26
Depósitos à ordem	12	249 907,82	316 798,98
Depósitos a prazo	13	1 000 000,00	900 000,29
Total de disponibilidades		1 254 377,01	1 220 707,53

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram realizadas alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, salvo no que respeita à demonstração dos fluxos de caixa, os fluxos correspondentes às contribuições para a Segurança Social passaram a ser, a partir de 2025, registadas na rubrica de pagamentos ao pessoal em vez de Outros recebimentos/pagamentos.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2025

Santa Casa da Misericórdia de Espinho

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- b) As depreciações são efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com expectativa de afetação do desempenho.

Movimentos 2025

Descrição	01-01-2025	Adições	Reaval.	Alienações	Abates	Transf.	31-12-2025
Terrenos e recursos naturais	1 361 026,56			280 302,78			1 080 723,78
Edifícios e outras construções	6 956 076,39					803 427,14	7 759 503,53
Equipamento básico	1 451 689,09	59 485,50					1 511 174,59
Equipamento de transporte	237 666,30	81 180,00			25 514,62		293 331,68
Equipamentos administrativos	1 144 828,08						1 144 828,08
Outros ativos tangíveis	41 002,91						41 002,91
Investimentos em curso - ativos fixos tangíveis	1 121 179,33	292 046,96				-803 427,14	609 799,15
Ativo tangível bruto	12 313 468,66	432 712,46	0,00	280 302,78	25 514,62	0,00	12 440 363,72
Depreciações acumuladas	7 831 444,81	154 677,05			25 514,62		7 960 607,24
Perdas por imparidade e reversões acumuladas							0,00
Depreciação acumulada	7 831 444,81	154 677,05	0,00	0,00	25 514,62	0,00	7 960 607,24
Ativo tangível líquido	4 482 023,85	278 035,41	0,00	280 302,78	0,00	0,00	4 479 756,48

Movimentos 2024

Descrição	01-01-2024	Adições	Reaval.	Alienações	Abates	Transf.	31-12-2024
Terrenos e recursos naturais	1 361 026,56						1 361 026,56
Edifícios e outras construções	6 956 076,39						6 956 076,39
Equipamento básico	2 695 418,21	1 777,43			1 257 379,02	11 872,47	1 451 689,09
Equipamento de transporte	237 666,30						237 666,30
Equipamentos administrativos	1 208 407,57				63 579,49		1 144 828,08
Outros ativos tangíveis	41 002,91						41 002,91
Investimentos em curso - ativos fixos tangíveis	1 022 937,22	110 114,58				-11 872,47	1 121 179,33
Ativo tangível bruto	13 522 535,16	111 892,01	0,00	0,00	1 320 958,51	0,00	12 313 468,66
Depreciações acumuladas	8 900 257,78	113 158,33			1 181 971,30		7 831 444,81
Perdas por imparidade e reversões acumuladas	0,00						0,00
Depreciação acumulada	8 900 257,78	113 158,33	0,00	0,00	1 181 971,30	0,00	7 831 444,81
Ativo tangível líquido	4 622 277,38	-1 266,32	0,00	0,00	138 987,21	0,00	4 482 023,85

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Movimentos 2025

Descrição	01-01-2025	Adições	Reaval.	Alienações	Abates	Transf.	31-12-2025
Outros ativos intangíveis	31 562,83						31 562,83
Ativo intangível bruto	31 562,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31 562,83
Depreciações acumuladas	28 165,39	3 135,24					31 300,63
Perdas por imparidade e reversões acumuladas	0						0
Depreciação acumulada	28 165,39	3 135,24	0,00	0,00	0,00	0,00	31 300,63
Ativo intangível líquido	3 397,44	-3 135,24	0,00	0,00	0,00	0,00	262,20

Movimentos 2024

Descrição	01-01-2024	Adições	Reaval.	Alienações	Abates	Transf.	31-12-2024
Outros ativos intangíveis	31 562,83						31 562,83
Ativo intangível bruto	31 562,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31 562,83
Depreciações acumuladas	25 030,15	3 135,24					28 165,39
Perdas por imparidade e reversões acumuladas	0,00						0,00
Depreciação acumulada	25 030,15	3 135,24	0,00	0,00	0,00	0,00	28 165,39
Ativo intangível líquido	6 532,68	-3 135,24	0,00	0,00	0,00	0,00	3 397,44

8. FINANCIAMENTOS OBTIDOS (EMPRÉSTIMOS E LOCAÇÃO)

Financiamentos

Passivo	Corrente	Não Corrente
Empréstimo Bancário	41 660,65	238 582,15
Fundo de Reestruturação S.Social	0,00	0,00
Locação Financeira	0,00	0,00
Soma	41 660,65	238 582,15

9. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio de Inventário Permanente.

A quantia de inventários reconhecida como um gasto em 31.12.2025 detalha-se como segue:

Movimentos	2025		2024	
	Mercadorias	Matérias-Primas subsid. e de consumo	Mercadorias	Matérias-Primas subsid. e de consumo
Saldo inicial	0,00	54 696,97	0,00	165 856,91
Compras	0,00	683 034,07	0,00	752 293,12
Regularização de existências	0,00	5 236,30	0,00	29 240,90
Saldo final	0,00	53 869,45	0,00	54 696,97
Gastos no exercício	0,00	689 097,89	0,00	892 693,96

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2025

Santa Casa da Misericórdia de Espinho

10. RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito em 31.12.2025:

RÚBRICAS	31.12.2025	31.12.2024
Rendimentos	2 270 416,63	2 773 461,48
Prestação de serviços	2 270 416,63	2 773 461,48
Subsídios, doações e leg. à exploração	2 147 763,31	1 714 330,03
CRSS - Centro regional segurança social	1 912 750,85	1 639 703,00
I.E.F.P.	36 813,19	35 274,53
Outras Entidades Públicas	165 106,75	0,00
Subsídios de outras entidades	33 092,52	39 352,50
Reversões	2 903,60	
De perdas por imparidade	2 903,60	0,00
Outros rendimentos e ganhos	551 573,75	867 131,46
Rendimentos suplementares	21 508,83	28 107,04
Descontos de pronto pagamento obtidos	2 402,21	3 304,94
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	336 423,94	664 729,50
Alienções	448,80	5 222,40
Sinistros	0,00	1 340,00
Rendas e outros rendimentos em propriedades de inv	335 975,14	295 842,95
Trespasse COGE	0,00	362 324,15
RÚBRICAS	31.12.2025	31.12.2024
Correções relativas a períodos anteriores	605,61	1 695,20
Imputação de subsídios para investimentos	35 749,61	7 239,24
Outros não especificados	154 883,55	162 055,54
Consignação de IRS	8 388,32	9 208,01
Sinistros	92,25	0,00
Donativos	58 585,16	70 351,45
Inspecção Geral de Jogos	60 365,39	59 455,20
Outros não Especificados	27 452,43	23 040,88
Proveitos e ganhos financeiros	17 225,32	11 513,26
Juros obtidos	17 075,25	11 513,26
Outros rendimentos similares	150,07	0,00
Soma	4 989 882,61	5 366 436,23

11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não aplicável.

12. SUBSÍDIO E OUTROS APOIOS

- a) Quantias dos subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputado numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretendem que eles compensem:

Descrições	Ano início útil. Invest.	Valor total por entidade e empreendimento	Taxa deprec.	Valores anuais das depreciações				Valor liq. 31.12.2024	Movimentos no ano p/ rendimentos	Valor liq. 31.12.2025
				1.º ao 3.º ano	4.º e 5.º ano	6.º ano	7.º ao 50.º ano			
SUBSÍDIOS NÃO REEMBOLSÁVEIS										
Projeto NORTE 07 - 4842 - FEDER-000150	2025	329 696,67		16 484,83	16 484,83			0,00	16 239,72	313 456,95
Apoio na aquisição de viaturas elétricas	2023/2024	25 000,00		13 489,58	11 510,42			17 760,42	6 249,96	21 510,46
Requalificação e alarg. rede equipamentos	2025	46 241,42		2 312,07	2 312,07			0,00	578,02	45 663,40
Requalificação e alarg. rede equipamentos	2025	40 732,21		6 788,70	6 788,70			0,00	1 697,17	39 035,04
Requalificação e alarg. rede equipamentos	2025	3 746,37		3 746,37	0,00			0,00	3 746,37	0,00
TOT. SUBS.		445 416,67		42 821,55	37 096,02	0,00	0,00	17 760,42	28 511,24	409 605,45
INVESTIMENTO										
Apoio na aquisição de viaturas elétricas	2023	98 806,50	25,00%	25 062,54				23 445,59	9 701,63	13 743,96
Ampliação da Lavandaria - Norte 2020	2025	721 902,89	5,00%	36 095,14				0,00	36 095,14	685 807,75
Req./alargam. rede equip. - Infraestrutura	2025	81 524,25	5,00%	4 076,21				0,00	1 019,05	80 505,20
Req./alargam. rede equip. - Equipamentos	2025	47 570,21	16,66%	7 925,20				0,00	1 981,25	45 588,96
Req./alargam. rede equip. - Gasto em equip.	2025	4 375,29	100,00%	4 375,29				0,00	4 375,29	0,00
TOTAL DO INVESTIM.		894 179,14		77 534,38	0,00	0,00	0,00	23 445,59	53 172,36	825 645,87

- b) Apoios recebidos no ano, dos contratos/protocolos existentes com organismos do Estado e registados como rendimentos:

Subsídios, doações e leg. à exploração	2025	2024
Subsídios Estado e outros entes públicos	2 114 670,79	1 674 977,53
Creches	382 912,71	336 362,19
Pré-escolar	199 384,62	163 072,10
Lores	880 298,32	783 546,23
Centros de Dia	60 977,28	57 441,80
Apoio Domiciliário	189 625,12	191 393,31
Refeitórios/Cantinas Sociais/Prog. Emergência Alim.	40 864,14	37 875,00
Participação Adicional + Vagos ERP	158 688,66	70 012,37
Outras Entidades Públicas	165 106,75	0,00
I.E.F.P.	36 813,19	35 274,53
Subsídios de outras entidades	33 092,52	39 352,50
UMP - Programa de proteção internacional	92,52	6 352,50
Programa Incorpora	33 000,00	33 000,00

- c) Principais doadores:

Descrição	2025		2024	
	€	%	€	%
Donativos em valor	45 808,86	78%	41 110,55	58%
Donativos em espécie	12 776,30	22%	29 240,90	42%
Soma	58 585,16	100%	70 351,45	100%

13. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável.

14. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Entre a data do balanço e a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras, a Instituição teve conhecimento dos seguintes acontecimentos relacionados com condições já existentes à data do balanço:

- O Governo decretou o Estado de Calamidade na sequência das inundações provocadas por diversos fenómenos meteorológicos, designadamente pela passagem de várias depressões sobre o território continental.
- A Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 139/2025, de 29 de dezembro, foi atualizada para 920,00 €, com efeitos a partir de 1 de janeiro

de 2026. Este aumento, no montante de 50,00 €, enquadra-se no acordo tripartido para o período 2025-2028.

- Realizaram-se eleições para a Presidência da República Portuguesa no dia 8 de fevereiro, das quais resultou a eleição do Dr. António José Seguro para o referido cargo.

Estes acontecimentos, por não implicarem alterações na situação financeira, no desempenho e nos fluxos de caixa não deram origem a ajustamentos nas quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras

15. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTO

Não aplicável.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não aplicável.

17. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Gastos com o pessoal	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	2 345 475,87	2 306 466,89
Estágio Profissional	10 493,28	10 026,51
Medida IEFP	22 329,14	18 303,47
Indemnizações	10 865,84	46 534,51
Trabalho Temporário	186 719,13	146 598,58
Encargos sobre as Remunerações	512 712,11	517 204,44
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	19 946,92	18 619,51
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	10 646,55	11 053,77
Total	3 119 189,84	3 074 807,68

A rubrica "outros gastos" inclui gastos com indemnizações por despedimento, medicina no trabalho, formação e seguro vida e acidentes pessoais.

O número de pessoal cooperante, número de voluntários e de beneficiários, órgãos sociais contidos nas demonstrações financeiras:

Designação	Em 31.12.2025	
Órgãos diretivos	Nº	
Mesa Administrativa	Provedor	1
	Vice-Provedores	2
	Secretários	1
	Tesoureiros	2
	Vogais	4
	Suplentes	2
Conselho Fiscal Definitório	Presidente	1
	Vice-Presidente	1
	Secretários	1
Assembleia-Geral	Presidente	1
	Vice-Presidente	1
	Secretários	1
Cooperantes e Voluntários		Nº
Pessoal cooperante		1
Voluntários e de beneficiários		0
Funcionários		Nº
Funcionários ativos		155

18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do Art.º 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social.

Declara-se que não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Decomposição de outras contas:

- Estado e Outros Entes Públicos

Estado e outros entes públicos (Ativo Corrente)	31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre o valor acrescentado (a restituir)	30 312,14	4 312,83
Total	30 312,14	4 312,83

Estado e outros entes públicos (Passivo Corrente)	31.12.2025	31.12.2024
Retenção de impostos sobre rendimentos	17 829,49	18 974,91
Contribuições para a segurança social	105 537,24	108 545,95
Total	123 366,73	127 520,86

- Diferimentos

Diferimentos	31.12.2025	31.12.2024
Ativo Corrente		
Gastos a reconhecer		
Seguros	9 922,97	9 714,28
Outros gastos	2 646,80	0,00
Total	12 569,77	9 714,28
Passivo Corrente		
Rendimentos a reconhecer		
Pessoas 2030	115 540,67	0,00
Total	115 540,67	0,00

- Outros passivos correntes

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Clientes e utentes c/c	510,67	510,67
Remunerações a pagar	0,00	1 656,74
Outras operações	0,00	2 123,21
Fornecedores de investimentos	0,00	43 253,50
Credores por acréscimos de gastos	440 368,88	440 585,07
Outros devedores e credores	75 033,64	119 576,86
Total	515 913,19	607 705,05

20. OUTROS ACONTECIMENTOS

Incerteza Geopolítica Externa

Os efeitos do conflito bélico entre a Rússia e a Ucrânia, que deflagrou em fevereiro de 2022, continuou a impactar negativamente a economia mundial.

Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data do balanço e a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras, a Instituição teve conhecimento dos seguintes acontecimentos relacionados com condições já existentes à data do balanço:

- O Governo decretou o Estado de Calamidade na sequência das inundações provocadas por diversos fenómenos meteorológicos, nomeadamente pela passagem de várias depressões sobre o território continental. Até à data do presente relatório, felizmente, a SCME não registou danos materialmente relevantes nas suas infraestruturas.

- A Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 139/2025, de 29 de dezembro, foi atualizada para 920,00 €, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026. Este aumento, no montante de 50,00 €, enquadra-se no acordo tripartido para o período 2025-2028.
- Realizaram-se eleições para a Presidência da República Portuguesa no dia 8 de fevereiro, das quais resultou a eleição do Dr. António José Seguro para o referido cargo.

21. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido positivo de 238 608,18 €, € seja transferido para a conta de resultados transitados.

22. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 18 de fevereiro de 2026.

Pela Mesa Administrativa

Provedor

Vice-Provedor

Dr. Pedro Nelson G. de Sousa

Dr. Vítor Brandão

Administrador

Contabilista Certificado

Dr. José António Oliveira

Dr. Rui Monteiro (Nº 22127)



*Ações que transformam,
resultados que emocionam!*

ACTA NR. 100 DA ASSEMBLEIA GERAL

Ao dia doze do mês de março de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas, depois de aguardar meia hora por falta de irmãos, realizou-se no auditório do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Espinho, situado no n.º 300 da Rua da Idanha, da Freguesias de Anta, do Concelho de Espinho, a Assembleia Geral Ordinária, expressa e regularmente convocada atempadamente conforme estabelecido no art.º 25 do Compromisso. -----

Não tendo havido a presença da maioria da Assembleia (quórum estatutário) à hora estabelecida na convocatória, foi dado início a reunião trinta minutos depois, com os irmãos presentes, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 25º dos Estatutos.-----

Constituída a Mesa pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Nuno Miguel Ferreira Morais, e pelo Vice-presidente, Sr. Rui Pessoa Sousa Gomes, que assume as funções de Secretário, o Senhor Presidente da Mesa deu início aos trabalhos. -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedeu à leitura do ponto consagrado na convocatória: -----

Ponto único: Apreciar, discutir e aprovar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano de 2025. -----

Entrando no ponto único da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Provedor, Dr. Pedro Nelson Gonçalves de Sousa. -----

No uso da palavra, o Senhor Provedor procedeu à apresentação da mensagem da Mesa Administrativa, destacando os principais aspetos do Relatório de Atividades, designadamente as ações desenvolvidas nas diferentes valências da instituição, as iniciativas de formação promovidas, os investimentos realizados e os benefícios decorrentes dos mesmos para a atividade da Santa Casa. -----

De seguida, e com a anuência do Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Provedor concedeu a palavra ao Vice-Provedor, Dr. Vítor Manuel da Costa Pinto Brandão, para apresentar os aspetos mais relevantes das contas relativas ao exercício de 2025. -----

O Senhor Vice-Provedor iniciou a sua intervenção referindo a evolução das principais rubricas de proveitos e ganhos, bem como dos gastos registados ao longo do exercício, procedendo ainda à análise dos investimentos efetuados. Durante a sua exposição, fez referência aos diversos quadros financeiros e anexos constantes do Relatório de Contas.

Destacou igualmente que este foi o segundo ano consecutivo em que a instituição registou um resultado positivo. Contudo, salientou que tal resultado se deveu, em grande parte, ao contributo de receitas provenientes de atividades acessórias e não permanentes, nomeadamente as rendas obtidas com o arrendamento do edifício da Clínica COGE e do edifício do Hospital de Espinho, e não exclusivamente da atividade desenvolvida no setor social, onde os prejuízos registados em duas valências superaram os resultados positivos obtidos nas restantes.-----

No que respeita às demonstrações financeiras, referiu que, de acordo com o balanço apresentado, o total do ativo ascendeu a 6.256.558,33 €, enquanto os fundos patrimoniais registaram um aumento para 5.103.606,33 €, refletindo uma evolução positiva da estrutura patrimonial da instituição.-----

Concluiu a sua intervenção enaltecendo o empenho e dedicação dos membros da Mesa Administrativa, do Senhor Provedor, da direcção técnica e de todos os colaboradores da instituição, dirigindo-lhes uma palavra de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. -

Retomando a palavra, o Senhor Provedor propôs que o Relatório de Atividades e Contas, bem como os respetivos anexos relativos ao exercício de 2025, fossem aprovados tal como apresentados, e que o resultado líquido do exercício, no montante de 238.608,18 € (duzentos e trinta e oito mil seiscientos e oito euros e dezoito cêntimos), fosse transferido para a conta de Resultados Transitados.-----

O Senhor Presidente da Mesa informou a Assembleia de que o Conselho Fiscal havia emitido parecer favorável ao Relatório de Atividades e Contas, bem como de que o Revisor Oficial de Contas não registou qualquer reserva na Certificação Legal de Contas.-----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa abriu o período de intervenções, convidando os irmãos presentes a manifestarem-se ou a colocarem eventuais questões sobre o Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2025.-----

Não tendo sido registada qualquer intervenção, o Senhor Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia os documentos apresentados, bem como a proposta de transferência do resultado do exercício, no montante de 238.608,18 €, para a conta de Resultados Transitados.-----

Realizada a votação, verificou-se não existir qualquer voto contra nem qualquer abstenção, tendo o Senhor Presidente da Mesa declarado as propostas aprovadas por unanimidade.-----

Em conformidade com o disposto no Compromisso da Instituição, o Senhor Presidente da Mesa deu ainda a palavra aos irmãos presentes para eventuais intervenções sobre assuntos de interesse para a instituição, embora sem possibilidade de deliberação por não constarem da ordem de trabalhos da convocatória. -----

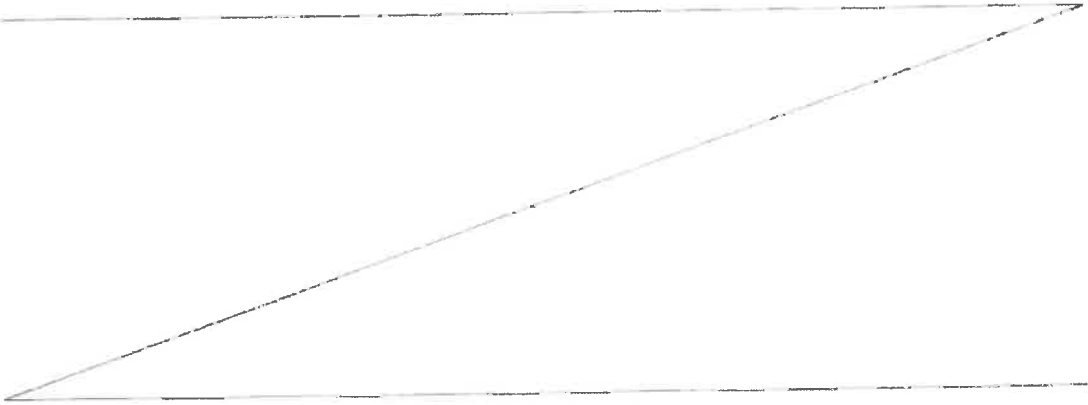
Não tendo havido qualquer intervenção, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, sendo lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Dr. Nuno Miguel Ferreira Moraes

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

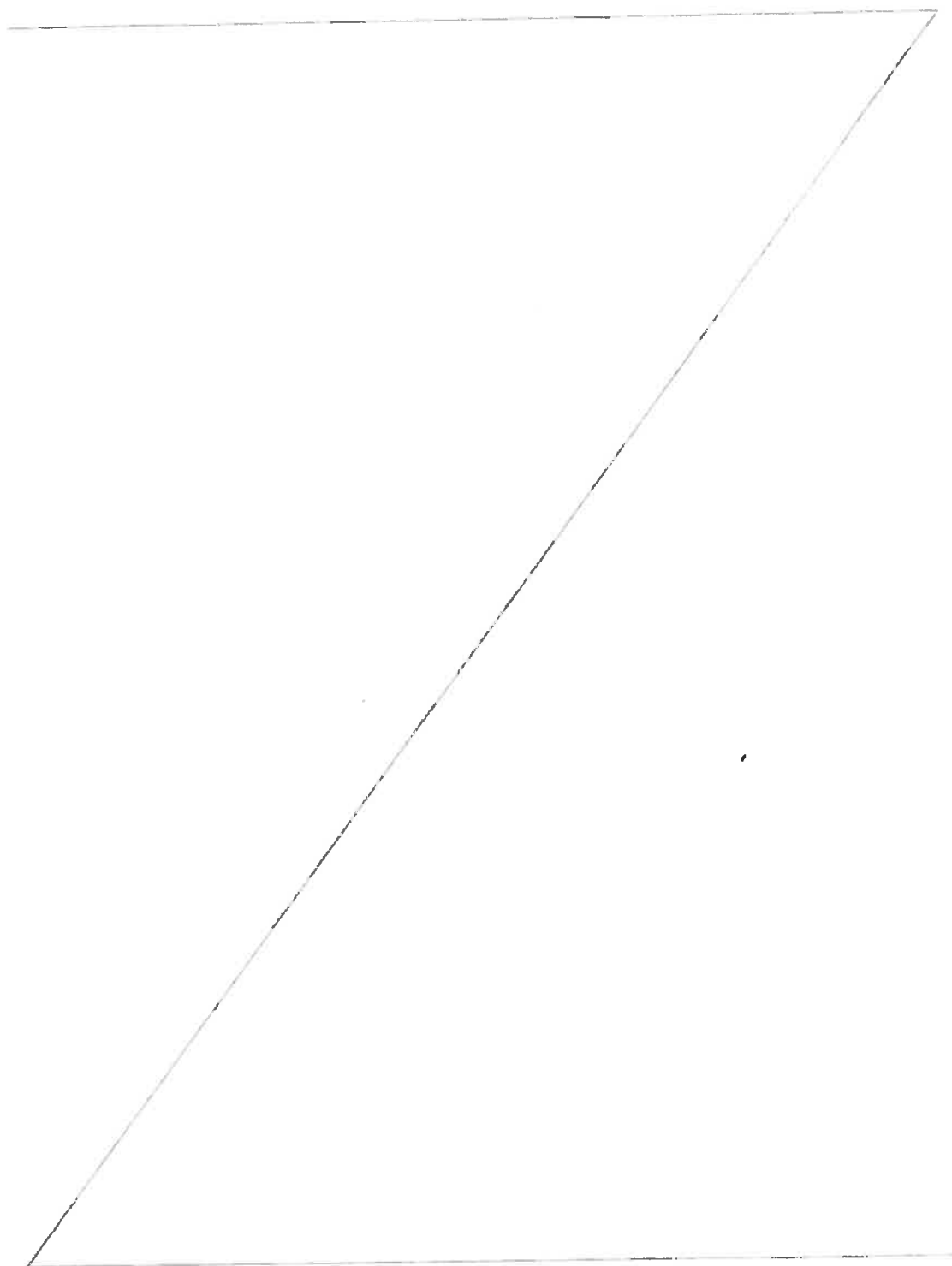
Sr. Rui Pessoa Sousa Gomes



**Livro de Actas da Assembleia Geral da
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPINHO**

Rua da Idanha n.º 300/320, Anta - Espinho

NIF: 500 951 527 - RIPSS: Direcção Geral Acção Social n.º 31/82 - Irmandade da Misericórdia



ACTA NR. 76

Ao dia dezanove do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, pelas onze horas, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 33º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Espinho, reuniu, ordinariamente na sua sede, sita na rua da Idanha, n.º 300, Freguesias Anta, o Definitório com a finalidade de dar cumprimento à solicitação da Mesa Administrativa, para emissão de Parecer sobre os assuntos constantes da ordem de trabalhos, em cumprimento do estipulado nas alíneas a) e c), do nº 1 do artigo 32º do Compromisso. -----

Estiveram presentes o Presidente, Sr. Carlos Alberto Castro Pinto de Oliveira, o Vice-presidente, Sr. Joaquim de Vasconcelos Ferreira e o Sr. Provedor, Dr. Pedro Nelson Gonçalves de Sousa, que se reuniram para deliberar sobre a seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

Ponto único apreciar e emitir parecer do Relatório de Atividades e Contas da Santa Casa da Misericórdia de Espinho respeitante ao ano económico de 2025, preparado pela Mesa Administrativa e da sua responsabilidade. -----

Passando à agenda de trabalhos, foram disponibilizados pelo Provedor, Sr. Pedro Nelson Gonçalves de Sousa, em nome da Mesa Administrativa, os elementos para análise. -----

Na sequência da análise atenta e pormenorizada efetuada pelos membros do Conselho Fiscal ao Relatório de Atividades e Contas de 2025, foram prestados pelo Provedor, Sr. Pedro Nelson Gonçalves de Sousa, todos os esclarecimentos e disponibilizados todos os elementos documentais julgados necessários para o efeito.-----

No final, o Definitório constata: -----

1. Da análise e trabalho efetuado, é convicção do Definitório que o Relatório de Atividades e Contas de 2025, elaborado e apresentado pela Mesa Administrativa, assim como as demonstrações financeiras nele contidas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Espinho em 31 de Dezembro de 2025, e está em conformidade com os princípios e normas contabilísticas estabelecidas para as entidades do setor não lucrativo;-----

2. Na apreciação das contas, verifica-se que a autonomia financeira da instituição foi reforçado e está num nível seguro, mantendo-se o equilíbrio económico e financeiro, como o demonstra o Balanço, com um Ativo Líquido de 6.256.558,33 € e Fundos Patrimoniais no valor de 5.103.606,33 €, o Resultado Líquido apurado ter sido de 238.608,18 €;-----

Tendo reunido este Definitório, com vista à emissão do parecer solicitado pela Mesa Administrativa, e após análise de todas as informações constantes nos documentos anexos ao presente parecer e esclarecimentos prestados pelo Sr. Provedor, deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer: -----

- O Relatório de Atividade e Contas da Santa Casa da Misericórdia de Espinho, referente ao ano de 2025, mereceu o acordo do Definitório decidindo-se dar parecer favorável. Assim, o Definitório recomenda que a Assembleia Geral aprove Relatório de Atividade e Contas de 2025; -----

- Reconhecer a colaboração dispensada a este Órgão Social pela Mesa Administrativa; -

- Apresentar um Voto de Louvor à Mesa Administrativa pela dedicação e empenho em prol da Santa Casa da Misericórdia de Espinho.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta e cinco minutos, e lavrada a presente ata que depois de aprovada vai ser assinada.-----

Sr. Carlos Alberto Castro Pinto de Oliveira _____

Sr. Joaquim de Vasconcelos Ferreira _____

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESPINHO

Exercício de 2025

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Santa Casa da Misericórdia de Espinho** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 6 256 558 euros e um total de fundos patrimoniais de 5 103 606 euros, incluindo um resultado líquido de 238 608 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Santa Casa da Misericórdia de Espinho** em 31 de dezembro de 2025 o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão (Mesa Administrativa) e do órgão de fiscalização (Definitório) pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável por:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela Mesa Administrativa de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela Mesa Administrativa, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com a Mesa Administrativa, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 26 de fevereiro de 2026

~~Nelson Moinhos, Paulo Lima & Associado, SROC (n.º 131)~~
~~Representada por~~
Nelson Luis da Silva Braga Moinhos
Revisor Oficial de Contas: 753
Número de Registo da CMVM: 20160386